L E I Nº 830

Dispõe sôbre o Código Municipal de Obras e dá outras providências.

O Povo do Município de Ubá, por seus representantes, aprovou e eu, em seu nome, sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO - I
DEFINIÇÕES

Art. 1º - Para todos os efeitos dêste Código, devem ser admitidas as seguintes definições:

Acréscimo - Aumento de uma construção, quer no sentido horizontal, quer no sentido vertical.

Alinhamento - Linha projetada e locada pela Prefeitura ou por ela aprovada, para marcar o limite entre o lote e o logradouro público.

Altura de uma fachada - Distância vertical medida - no meio da fachada, entre o nível do meio-fio e o nível do ápice da fachada, - quando a construção estiver no alinhamento do logradouro; ou entre o nível do ápice da fachada (sempre no meio - desta) e o nível do terreno ou calçada que lhe fique junto, - quando a construção estiver afastada do alinhamento.

Na medida da altura, abstraem-se pequenos ornatos acima do ápice da fachada.

Se o edifício estiver na esquina de duas vias públicas em declive, a medição da altura será feita do lado da via - mais baixa.

Andar - Qualquer pavimento acima do rez do chão ou da sôbre-loja.

Andar térreo - Pavimento situado logo acima do porão, cava ou embasamento.

Área - Parte do lote não ocupada por edifício, excluida a superfície correspondente à projeção horizontal das saliências, de balanço superior a vinte e cinco centímetros ..... (0,25 m).

...

Àrea aberta - Área cujo pavimento é aberto em um - dos lados sendo guarnecida, nos outros, por paredes de edifício ou divisas de lote.

Área comum - Área que serve a dois ou mais prédios.

Área de divisa - Área guarnecida, em parte, por paredes do edifício e, em parte, por divisa ou divisas do lote. A área de divisa é considerada área fechada.

Área externa - Área que se estende, sem interrupção por corpo de edifício, entre as paredes dêste e as divisas do lote A área externa será de frente, lateral ou de fundo, conforme sua situação.

Área fechada - Área limitada por paredes em todo o seu perímetro.

Área principal - Área destinada a iluminação e ventilação de compartimento de permanência prolongada, diurna ou noturna.

Área secundária - Área destinada a iluminação e ventilação de compartimento de utilização transitória.

Ático ou sótão - Pavimento imediato sôbre a cobertua e caracterizado por seu pé-direito reduzido, não inferior a dois (2) metros, ou por dispositivo especial adaptado ou aproveitamento do desvão do telhado.

Balcão - Elemento acessível e construido em balanço, geralmente no prolongamento do piso correspondente, com balaustrada ou outro tipo de guarda-corpo.

Calçada de um prédio - Revestimento, com material - resistente e impermeável, de uma faixa de terreno de propriedade particular, situada ao redor do edifício e junto às paredes do - perímetro.

Casa de apartamentos - Casa com dois ou mais apartamentos, servidos por uma ou mais entradas comúns, constituindo - cada apartamento uma habitação distinta e composta pelo menos de dois compartimentos, um dos quais de instalação sanitária.

...

Casa de cômodos - Casa em que se contém várias habitações distintas, servidas por uma ou mais entradas comuns, constituida cada habitação por um único quarto ou cômodo, sem instalação sanitária e banheiros privativos.

Cava ou subterrâneo - Espaço vazio, com ou sem divisões, situado sob o pavimento térreo de um edifício, tendo o piso em nível inferior ao do terreno circundante a abaixo dêle - mais da metade de seu pé-direito.

Coberta - Construção constituida de uma cobertura - suportada, pelo menos em parte, por meio de uma coluna ou pilar, e aberta em tôdas as faces ou parcialmente fechada.

Consertos de um edifício - Obras de substituição de partes deterioradas do edifício, desde que tais obras não excedam a metade (1/2) de todox o elemento correspondente, em cada compartimento onde devam ser executadas. São também as obras de substituição completas das paredes nas faces internas e ainda as substituições ou reparos dos revestimentos das fachadas e paredes externas, desde que não ultrapasse o limite de um quarto (1/4) da superfície respectiva.

Construir - De modo geral, executar qualquer obra - nova.

Dependência - Edifício de pequeno porte, construido separadamente do edifício principal. Quando a garagem particular fôr separada do edifício principal, será considerada dependência.

Edificar - Construir Edifício.

Elementos essenciais de uma construção - São aquêles que estão sujeitos a limites precisos, indicados no presente regulamento.

Embargo - Providência legal, tomada pela Prefeitura, tendente a sustar o prosseguimento de obra ou instalação, cuja - execução esteja em desacôrdo com as prescrições dêste Código.

Embasamento - Parte do edifício situada acima do - terreno circundante e abaixo do piso do primeiro pavimento, tendo o seu interior livre ou atterrado.

...

Fachada principal - Fachada do edifício voltada para a via pública. Se o edifício estiver em lote de esquina de dois logradouros, fachada principal é aquela que dá frente para o logradouro mais importante.

Frente ou testada do lote - Divisa do lote que coincide com o alinhamento do logradouro público.

Fundo do lote - Lado opôsto à frente. No caso de lote triangular em esquina, o fundo é o lado do triângulo não contíguo à via pública.

Galpão - Construção constituida por cobertura sem fôrro, fechada pelo menos em três de suas faces, na altura total ou parcial, por meio de parede ou tapume e destinada a fins de indústria ou depósito, não podendo servir de habitação.

Habitação - Edifício ou parte de edifício que serve de residência a uma ou mais pessoas.

Habitação particular - Habitação ocupada por um único indivíduo ou por uma só família.

Habitação coletiva - Edifício ou parte de edifício que serve de residência permanente a mais de uma família ou pessoas de economias distintas.

Hotel - Edifício ou parte de edifício que serve de residência temporária a pessoas de famílias diversas, e em que são cobradas locações pelo regime de diárias.

Indústria leve - Indústria cujo funcionamento não incomoda nem ameaça a vida ou a saúde dos vizinhos.

Indústria incômoda - Indústria que, pela produção de ruído, emissão de poeira, fumo, fuligem, exalação de mau cheiro, etc., pode constituir incômodo para a vizinhança.

Indústria nociva - Indústria que por qualquer motivo, pode, pela sua vizinhança tornar-se prejudicial à saúde.

Indústria perigosa - Indústria que pode constituir perigo de vida para a vizinhança.

Jirau - Piso de pequena área, elevado em relação ao piso do pavimento, suportado por colunas ou consolos, apoiado ou engastado nas paredes do edifício, ou suspenso aos vigamentos do teto ou a peças da cobertura.

...

Logradouro público - Lugar destinado, pela Prefeitura, a trânsito ou recreio público.

Loja - Primeiro pavimento ou andar térreo de um edifício, quando destinado a comércio e funcionamento de pequenas indústrias.

Lote - Área de terreno destinada a edificação, com testada para logradouro público, descrita e assegurada por título de propriedade.

Modificação de um prédio - Conjunto de obras destinadas a alterar divisões internas, a deslocar, abrir, aumentar, reduzir ou suprimir vãos, ou dar a nova forma à fachada.

Referência de nível de uma construção - Cota do meio-fio, no ponto correspondente ao meio da fachada.

Passeio - Parte do logradouro público destinada ao - destinada ao trânsito de pedestres.

Pavimento - Conjunto de compartimentos de um edifício situados no mesmo piso. Não são considerados pavimentos: o porão, a cava, a sobreloja e o sótão.

Pé-direito - Distância vertical entre o piso e o teto, de um compartimento; ou entre o piso e a face inferior do frechal, quando não existir o teto.

Porão - Espaço vazio, com ou sem divisões, situado sôbre o primeiro pavimento de um edifício, tendo o piso, no todo ou em parte, em nível inferior ao do terreno circundante, e abaixo - dêle, menos da metade do seu pé-dirdto.

Profundidade do lote - Distância entre a frente ou a testada e a divisa oposta, medida segundo uma linha normal à frente. Se a forma do lote fôr irregular, avalia-se a profundidade - média.

Reconstruir - Refazer, no mesmo lugar, total ou parcialmente, uma reconstrução, respeitada a forma primitiva.

Recuo - É a distância entre a fachada do edifício afastado e o alinhamento do logradouro, medida normalmente a êsse alinhamento.

Reforma de um edifício - É o conjunto de obras caracterizadas na definição de concertos, feitas, porém, além dos limites alí estabelecidos.

...

Rés do chão - Pavimento térreo que tem o piso ao nível do terreno circundante, ou no máximo de um (1) metro acima - dêsse nível.

Sobreloja - Parte do edifício de pé-direito reduzido, não inferior a dois metros e cinquenta (2,50 m), situado logo acima da loja, da qual faz parte integrante.

Sótão - Pavimento imediato sob a cobertura e caracterizado por seu pé-direito reduzido, não inferior a dois (2) metros, ou dispositivo especial adaptado ao aproveitamento do desvão do telhado.

Terreno arruado - Terreno que tem uma das suas divisas coincidindo com o alinhamento do logradouro público, ou de - logradouro projetado e aprovado pela Prefeitura.

Vilas * Conjunto de habitações independentes, em edifícios isolados ou não, e dispostos de modo a que formem ruas ou praças interiores, sem o caráter de logradouro público.

Via pública - Tôda e qualquer via de uso público, qualquer que seja sua classificação, desde que seja oficialmente reconhecida ou aceita pela Prefeitura.

Vistoria administrativa - Diligência efetuada por pessoas, funcionários municipais ou não, designadas pelo Prefeito, tendo por fim verificar as condições de um edifício, de uma construção, ou de uma instalação, quer quanto a sua resistência e estabilidade, quer quanto à sua regularidade, no que concerne a - êsse Código.

CAPÍTULO - II

ZONEAMENTO

SEÇÃO - I

Art. 2º - Para os efeitos dêste Código, o Município dividir-se-á nas seguintes zonas: Zona Urbana, Zona Suburbana , Zonas, Vilas e Zonas Rurais.

§ 1º - A zona urbana se subdivide-se em distritos comerciais e distritos residencias urbanos.

§ 2º - A zona suburbana se subdivide-se em distritos industriais, residencias, comerciais suburbanos.

...

SEÇÃO - II

Delimitação das Zonas

Art. 3º - A zona urbana na cidade fica compreendida na seguinte discriminação: começa no ponto um (1), em frente a igreja Santo Antonio, e dêste ponto com o ângulo de 5º NO com - 1.750 metros ao ponto 2 final da Rua Antenor Machado, na linha férrea e dêste ponto com o ângulo de 90º D com 1.400 metros até o ponto 3 no alto da Rua Major Tito César, dêsse ponto com 70º D com 1.400 metros ao ponto 4, final da Rua Belo Horizonte, dêste ponto com 39º E com 1050 metros no alto do Jardim Glória ao ponto 5 dêste ponto com 18º E com 1450 metros ao ponto 6 dêste ponto com 51º D, 550 metros ao ponto 7 fim da Praça Getúlio Vargas, dêste ponto com 47º D com 750 metros ao ponto 8 no alto da Caixa D'água e dêste ponto com 40º D com 850 metros ao ponto 9 no alto do Bairro Santa Cruz e dêste ponto com 41º D com 1050 metros ao ponto 1 0 no começo da Rua D. Helvécio e dêste ao ponto 11 pela Rua D. Helvécio com 480 metros, e dêste ponto 30º D com 1380 metros ao ponto 1 onde teve começo e o fim desta demarcação.

Art. 4º - Zona Suburbana na cidade é constituida pela área compreendida dentro dos seguintes limites; Começa no espigão do Vai e Vem, no alto da Maternidade e seguindo por êste até defrontar a bueira do Rodovia Ubá-Juiz de Fora, entre os quilômetros 104 e 105, e dêste ponto atravessando a Rodovia e chegando até a bueira vai-se em reta até o espigão localizado à direita do Ginásio São José e seguindo por êste espigão por vertentes, confrontando com propriedades do ginásio e outros até a estrada das Mangueiras (antiga do Quebra-Coco) e seguindo esta estrada até atravessa a linha férrea da E. F. Leopoldina e a estrada da ligação.

Atravessando a Estrada de Ligação saimos na Estrada - da Parada Moreira e seguindo por esta estrada abaixo até encontrar as divisas do loteamento do senhor Benedito Vieira, e seguindo - com êste pela divisa de seu loteamento até encontrarmos as divisas do Patronato São José com o loteamento do senhor Benedito - Vieira, e seguindo por estas divisas até o córrego que passa do lado direito do Patronato denominado Córrego Sobradinho e seguindo córrego acima até chegar à sua nascente e dêste ponto em reta ao espigão fronteiriço e seguindo por êste espigão até o Espigão do Morro das Pedras e seguindo por êste até as divisas de Valdemar Vaz da Silva e Mário Dorigueto e seguindo por estas divisas

...

...

abaixo até o Espigão fronteiriço e seguindo por êste até o Espigão da divisa de Dario Vieira e seguindo por êste até o espigão da antiga Chácara de Dona Floreça de Souza (hoje de José Francisco Parma) e seguindo por êste fronteiriço as oficinas param até o espigão de Murilo Martins, seguindo por êste até o espigão de Luizinho Parma e seguindo por êste até o espigão de Mateus - Lacktine e seguindo por êste último espigão até frontear a Escola Rural Nossa Senhora da Aparecida, dêste ponto em reta passando ao lado direito da Escola até o Rio Ubá e pelo rio acima até o espigão fronteiriço à ponte Preta, seguindo por êste espigão pertencentes aos Perons, atravessando a linha férrea e continuando pelo mesmo espigão até o Córrego do Trabalho antigo Córrego dos Macacos e pelo córrego acima até a sua nascente onde pega o Espigão do Córrego dos Macacos e seguindo por êste até o Espigão das divisas de Herdeiros de Major Amaro Gonçalves seguindo por êste último até o Espigão de Ernesto Verbena e seguindo por êste espigão ao espigão ao espigão de José Carolino e seguindo - por êste até o Rio Ubá, e pelo Rio abaixo até o córrego Espírito Santo e por êste acima até as medidas do Olimpio Moreira Ribeiro, e por estas acima até o alto do espigão do Vai e Vem, e seguindo por esta até o ponto onde teve o comêço e o fim desta demarçação.

Art. 5º - As zonas-Vilas é constituída pelas sedes dos distritos de Ubari, Diamante e os povoados de Miragaia e Ligação dêste Município.

Art. 6º - A zona rural fica constituída pela área do Município, deduzida as zonas urbana, suburbana e Vilas anteriormente descritas.

Art. 7º - Os distritos em que se sbdividem as zonas, urbanas e suburbanas terão os seguintes limites:

I) - Zona Urbana:

a) - Primeiro distrito comercial urbano-Rua São José, Praça Guido Marliére, Cristiano Rôças, 15 de Novembro, Praça da Independência, Matildinha Balbi, São Januário, e Peixoto Filho;

...

...

b) - Segundo distrito comercial urbano - os demais logradouros da zona urbana;

c) - Primeiro distrito residencial urbano: Rua Belo Horizonte, João Guilhermino, Santo Antonio, Jerônimo Salgado, Carlos Brandão, Padre Gailhac, Rua Cades, Av. Beira Rio, Rua Antônio Amaro , Dom Helvécio, Ângelo Barleta;

d) - Segundo distrito residencial urbano: os demais logradouros localizados na zona urbana.

II) - Zona Suburbana:

a) - Distrito único - comercial, residencial e industrial.

Utilização de Zonas:

Art. 8º - As edificações nos distritos comerciais, devem ser destinadas, preferencialmente, a estabelecimentos comerciais, bancos, escritórios, hotéis, casas de diversões, garagem comercial, postos de abastecimentos de automóveis, sendo vedada a implantação de indústrias pesadas.

§ único - Nos distritos comerciais poderão ser localizados, a juízo da Prefeitura, estabelecimento de indústrias leves.

Art. 9º - As edificações nos distritos residencias serão destinadas a habitações e estabelecimentos de ensino.

Art. 10 - As edificações nos distritos industriais - serão destinadas a instalação e funcionamento de indústrias.

Art. 11 - Na zona rural, as edificações deverão ser destinadas, de modo geral as habitações a fins agrícolas.

§ 1º - Serão localizados na zona rural os depósitos de inflamáveis e explosivos, podendo ser ai também localizados hospitais e similares.

§ 2º - É permitida a construção, na zona rural, de indústrias sendo-lhes aplicáveis as disposições dêste Código - que se refere aos distritos industriais.

...

...

§ 3º - É permitida a construção de casas destinadas a estabelecimentos comerciais nas margens das rodovias, no município, observando o afastamento previsto neste Código.

Altura e Outras Condições dos Edifícios nas Diversas Zonas

Art. 12 - No primeiro distrito comercial urbano os edifícios que derem frente para a Avenida Cristiano Rôças, Praça Guido Marliére e Rua São José e São Januário, Duque de Caxias e Sete de Setembro, terão no mínimo 3 (três) pavimentos e no máximo 12 (doze) pavimentos, e serão construídos no alinhamento do logradouro.

§ único - A Prefeitura poderá estabelecer, no primeiro distrito comrecial urbano, de acôrdo com o plano diretor da cidade, um afastamento obrigatório do alinhamento, para todos os edifícios, de uma rua, reservando a área resultante do afastamento e alargamento da rua.

Art. 13 - Nos 1º e 2º distritos urbanos comercial e residencial suburbanos, os edifícios terão no máximo 10 (dez) pavimentos.

Art. 14 - Nos segundos distritos comerciais urbanos e nos distritos suburbanos, exceto no industrial, os edifícios terão no máximo 10 (dez) pavimentos e obedecerão ao mesmo afastamento obrigatório para os demais edifícios nas proximidades. A área resultante do recurso será destinada a alargamento da - rua.

Art. 15 - Na zona rural, as casas que se construírem nas margens das rodovias, quer federais, estaduais ou municipais, ficarão a uma distância mínima de trinta metros (30 m) do eixo das referidas estradas.

CAPÍTULO - I I I

Engenheiros, Arquitetos e Construtores

Art. 16 - Haverá na Prefeitura um livro especial - para o registro de pessoas, firmas ou empresas habilitadas (de acôrdo com o decreto federal 23.569 de 11 de dezembro de 1933)

...

...

XXXXX a elaboração e apresentação de projetos de construção e a execução de obras públicas e particulares.

Art. 17 - A inscrição no registro, requerida ao - Prefeito, pelo interessado, dependerá das seguintes formalidades:

a) apresentação de carteira profissional ou documentos/ que substitua, expedida ou visada pelo - Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura da 4ª Região.

b) pagamento de taxa de registro.

Parágrafo único - tratando-se de firma ou empresa deve o requerimento ser assinado pelo seu responsável Técnico.

Art. 18 - Deferido o requerimento, será feito o registro com os seguintes elementos:

1º - nome por extenso do candidato (pessoa, firma - ou empresa bem como da sua possível abreviatura.

2º - transcrição de todos os dizeres de sua carteira profissional, bem como de quaisquer documentos/ a ela anexada pelo Conselho Regional - de Engenharia e Arquitetura.

3º - anotação do número do requerimento e da data - do despacho do Sr. Prefeito, determinando o Registro.

4º - anotação do recibo de pagamento da taxa de inscrição.

5º - anotação do local do escritório ou da residência do candidato.

6º - declaração de compromisso, assinada pelo profissional ou responsável técnico da firma ou da - emprêsa, estipulando que êle deve cumprir as prescrições dêste regulamento outros, em qualquer tempo, postos em vigor.

7º - anotação anual

a) - do recibo de pagamento dos impostos municipais referentes ao exercício da profissão.

Parágrafo único - Em regra, só serão considerados de caráter definitivo as construções cujos projetos hajam sido aprovados pela Prefeitura.

...

...

Art. 19 - As atividades, em matéria de construção, das pessoas, firmas ou emprêsas registradas na Prefeitura, ficarão sujeitas às limitações das respectivas carteiras profissionais.

Parágrafo Único - Em caso de dúvida sôbre essas limitações serão solicitados esclarecimentos ao Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura.

Art. 20 - Os trabalhos de qualquer natureza, referentes a construções, só serão aceitos ou permitidos pela Prefeitura, se forem assinados ou se estiverem sob a direção de profissional registrado, na forma dêste regulamento.

Art. 21 - Os autores de projetos e executores assumirão inteira responsabilidade pelos seus trabalhos e pela observância do presente regulamento, ficando sujeitos às penas nêles previstas.

Art. 22 - Será passível de pena de suspensão pelo prazo de um a seis mêses, a juízo de Prefeito, o profissional que:

a) - cometer reiteradas infrações contra o presente regulamento, incorrendo em mais de seis multas, durante o período de um ano.

b) - continuar na execução de obras embargadas pela Prefeitura.

c) - deixar de pagar impostos relativos ao exercício da profissão, dentro dos prazos marcados pela Prefeitura.

d) - revelar imperícia na execução de qualquer obra, verificada essa imperícia por uma comissão de três engenheiros.

Art. 23 - As pálcas mantidas nas obras, em virtude de determinação do artº. 7º do Decreto Federal 23.569, estão isentos de impostos e taxas sôbre anuncios.

CAPÍTULO - I V

LICENÇAS, PROJETOS E ALVARÁS DE CONSTRUÇÃO

Art. 24 - Nenhuma obra ou demolição de obra se fará na cidade e vilas do Município sem prévia licença da Prefeitura e sem que sejam observadas as disposições do presente Código.

....

...

§ 1º - O requerimento de licença, dirigido ao Prefeito, será acompanhado dos projetos de obras, se êstes forem necessários, nos têrmos do art. subsequentes.

§ 2º - A licença será dada por meio de alvará, cuja expedição fica sujeita ao pagamento da respectiva taxa.

§ 3º - Tratando-se de construção, e se forem necessários alinhamento nivelamento e numeração, serão as respectivas taxas cobradas juntamente com o alvará de licença.

Art. 25 - Depende de prévia aprovação, pela Prefeitura, dos projetos das respectivas obras, a licença para a construção, demolição, reforma modificação ou acréscimo de edifícios ou de suas dependências, gradis ou balaustradas, êstes últimos no alinhamento do logradouro público.

Parágrafo único - Em regra, só serão considerados de caráter definitivo as construções cujos projetos hajam sido aprovados pela Prefeitura.

Art. 26 - Depende de apresentação e aprovação de projetos a licença para:

a) - construção de simples cobertas, com a área máxima de vinte e oito metros quadrados (28 m2), desde que fiquem afastadas do alinhamento, no mínimo, 10 metros e satisfaçam as condições de higiene e de segurança; o requerimento de licença indicará a localização e o destino das mesmas;

b) - construção de muros no alinhamento do logradouro público, sendo entretanto necessários alinhamento e nivelamento feitos pela Prefeitura;

c) - consêrtos de edifícios;

d) - pinturas externas de edifícios quando não exigirem andaime e tapume.

Art. 27 - Depende de simples licença, a construção;

a) - de muros divisórios;

b) - d dependências não destinadas a habitação humana ou a qualquer finalidade comercial ou industrial, como sejam; cobertas com área inferior a vinte e oito metros quadrados ..... (28 m2), viveiros, galinheiros, caramanchões, estufas e tanques para fins domésticos, desde que fiquem tais dependências afastadas do alinhamento do logradouro no mínimo dez metros (10 m);

...

...

c) - no decurso da execução de obras definitivas já licenciadas, de a brigos provisórios para operários ou depósitos de materiais desde que sejam demolidos logo que terminadas as obras.

Art. 28 - Nos edifícios existentes, que estiverem - em desacôrdo com as disposições dêste código, serão permitidas - obras de reconstrução ou de consêrto se não vierem, essas obras, contribuir para aumentar a duração natural do edifício e se - - sem darem lugar à formação de novos elementos em desacôrdo com - as normas legais; - concorrerem para a melhoria de suas condições de higiene e segurança.

§ 1º - A licença, nos casos previstos nêste artigo, depende de aprovação, pela Prefeitura, dos respectivos projetos, que deverão ser acompanhados de um memorial que se especifiquem detalhadamente as obras projetadas e se justifique sua necessidade.

§ 2º - Antes de aprovar os projetos das obras, a - que se refere êste Artigo, a Prefeitura poderá mandar fazer uma vistoria no edifício, para verificar suas condições e conveniência ou não de conceder licença.

Art. 29 - Os projetos que acompanharem o requerimento de licença satisfarão obrigatòriamente as seguintes condições:

a) - serão apresentadas em duas (2) vias, uma em tela e outra em cópia, com as dimensões mínimas de 0,22 m X 0,30 m (vinte e dois por trinta centímetros);

b) - trarão a data e as assinaturas do autor, do - proprietário da construção projetada e do construtor responsável pela sua execução, de acôrdo com o disposto no Art. 17;

c) - designarão o número do lote e do quarteirão ou outros elementos que permitam a fácil identificação do terreno em que a construção vai exigir-se, tudo de acôrdo com a escritura de aquisição, cuja apresentação a Prefeitura poderá exigir.

Art. 30 - Os projetos referidos no artigo a terior - constarão de:

a) - planta, na escala de 1:100 (um para cem), de cada pavimento do edifício e de tôdas as dependências;

...

...

b) - elevação, na escala de 1: 50 (um para cinqüenta), da fachada ou fachadas, voltadas para a via pública, com indicação do "grade" da rua ou das ruas e do tipo de fechamento do terreno no alinhamento do logradouro público;

c) - seeções longitudinais e transversais, do edifício e de suas dependências, na escala de 1:50 (um para cinqüenta);

d) - planta de situação, em escala de 1:250 (um para duzentos e cinqüenta) a 1:500 (um para quinhentos), em que se indiquem com exatidão;

1 - os limites do terreno;

2 - orientação;

3 - situação das construções projetadas (indicadas a tinta carmin) e das já existentes no terreno (indicadas a tinta nanquim);

4 - situação das partes dos edifícios vizinhos, construidos nas divisas do terreno.

§ 1º - As plantas deverão indicar claramente a disposição e as divisões do edifício e de suas dependências, o destino de cada compartimento, as dimensões dos mesmos e das áreas ou pátios, e as espessuras das paredes. As secções em elevação deverão indicar as alturas, dos embasamentos, dos pavimentos e das aberturas, as espessuras dos alicerces e das paredes e a altura do terreno em relação ao passeio do logradouro público.

§ 2º - As plantas e secções em elevação deverão ser convenientemente cotadas. Se houver divergência em qualquer dimensão, medida diretamente no desenho, e a cota correspondente, prevalecerá esta última.

Art. 31 - Nos projetos de modificação, acréscimo e reconstrução de edifícios, indicar-se-ão: a) com a tinta prêta, as partes do edifício que devem permanecer; b) com tinta carmim, as que serão executadas; c) com tinta amarela, as que serão demolidas.

Art. 32 - Antes da aprovação dos projetos, a Prefeitura fará vistoria para verificar se o lote está em condições de receber edificação, como dispõe o artigo 52.

Art. 33 - Será devolvido ao interessado, com declaração do motivo, o projeto que contiver êrros ou que estiver em desacôrdo com as disposições dêste Código.

...

...

Art. 34 - Se o projeto não estiver completo ou apresentar apenas pequenas inexatidões ou equívocos, o interessado será chamado para completá-lo ou corrigí-lo dentro de vinte (20) dias. Não o fazendo dentro dêsse prazo, será o requerimento indeferido.

Art. 35 - O prazo máximo para aprovação dos projetos é de quinze dias, contados da data da entrada do requerimento na Prefeitura. Se, findo êsse prazo, o requerimento não houver recebido despacho o interessado poderá dar início à construção mediante depósito de emolumentos e taxa devidos e comunicação à Prefeitura, com obdiência, aos dispositivos dêsse código, sujeitando-se a demolir o que fizer em desacôrdo como os mesmos.

Art. 36 - Conforme a importância e o destino das obras, ou se estas tiverem relação com a execução dos planos diretorés, da cidade e vilas, antes da aprovação dos projetos, o Prefeito poderá submetê-los à apreciação do serviço competente do Departamento de Assistência aos Municípios, solicitando seu pronunciamento.

Parágrafo único - Verificada a hipótese prevista neste artigo, o prazo para aprovação dos projetos, a que se refere o Artigo anterior será de quarenta e cinco (45) dias.

Art. 37 - Aprovado o projeto e pagos os emolumentos e taxas devidos será expedido o respectivo alvará.

Parágrafo único - No alvará de construção serão expressos, além do nome do proprietário elementos para indentificação do lote que receberá a edificação, as servidões legais a serem observadas no local, espécie da obra, alinhamento e cota de nível a serem observados, assim, como qualquer outra indicação julgada essencial.

Art. 38 - Os prazos para início e conclusão da construção deverão ser fixados no alvará de licença expedido. Findo o primeiro prazo, sem que tenha sido iniciada a construção caducará o alvará. Esgotado o segundo prazo, sem que seja terminada a construção, deverá o alvará ser revalidado. O prazo para execução do projeto fixado pelo alvará não poderá exceder de 18 mêses. Caso o vulto da obra ou qualquer outra circunstância razoável impeça a observância do prazo, deverá o interessado requerer novo alvará.

...

...

Art. 39 - Dos exemplares do projeto, rubricado pelo Prefeito ou pelo funcionário que tenha capacidade legal para fazê-lo, um será entregue ao interessado juntamente com o alvará; o outro, em tela, ficará arquivado na Prefeitura.

Parágrafo único - O exemplar do projeto entregue ao interessado, assinado pelo construtor, bem como o alvará deverão estar sempre no local das obras para serem exibidos às autoridades encarregadas da fiscalização quando o exigirem.

Art. 40 - Para modificações essenciais no projeto aprovado será necessário novo alvará, requerido e precessado de acôrdo com êsse capítulo.

Parágrafo único - Pequenas alterações que não ultrapassem os limites fixados aos elementos essenciais da construção, não dependem de novo alvará sendo entretanto necessária a aprovação da Prefeitura.

CAPÍTULO - V

Início, Andamento e Conclusão de Obras - Demolições

Art. 41 - Nenhuma obra pode ser iniciada sem que o construtor responsável tenha enviado à Prefeitura, com pelo menos vinte e quatro (24) horas de antecedência, a respectiva comunicação de início.

Art. 42 - A responsabilidade do construtor perante a Prefeitura começa na data da comunicação de início da construção.

Art. 43 - Se, no decorrer da obra, quiser o construtor isentar-se da sua responsabilidade, deverá declarar seu intento em comunicação à Prefeitura, que o aceitará se não verificar nenhuma infração na obra.

§ 1º - O funcionário encarregado da vistoria, quando verificar que o pedido do construtor pode ser atendido, intimará o proprietário a apresentar, dentro de prazo de três (3) dias, novo construtor responsável, o qual deverá enviar à Prefeitura uma comunicação a respeito.

§ 2º - Os dois construtores, o que se isenta e o que assume a responsabilidade da obra, poderão fazer uma só comunicação, trazendo as assinaturas de ambos e a do proprietário.

...

...

Art. 44 - Não será exigido do construtor responsável para pequenas obras, desde que também o dispense o Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura.

§ 1º - Considera-se pequena obra aquela cujo orçamento, segundo avaliação da Prefeitura, não exceda de quatro mil cruzeiros novos (NCr$ 4.000,00).

§ 2º - Caberá ao interessado o cumprimento de tôdas as exigências regulamentares relativas à pequena obra, inclusive as que são atribuidas ao construtor, nos casos comuns.

§ 3º - A dispensa do construtor responsável sujeitará o interessado ao pagamento da taxa regulamentar.

Art. 45 - O Alvará e o projeto aprovado deverão ser acessíveis à fiscalização da Prefeitura, durante as horas de trabalho.

Art. 46 - As obras deverão ser executadas de acôrdo com o projeto aprovado nos seus elementos geométricos essenciais.

§ 1º - Consideram-se elementos geométricos essenciais, construção dos edifícios, os seguintes:

a) altura do edifício;
b) os pés-direitos;
c) a espessura das paredes-mestras, as secções de vigas, pilares e colunas;
d) a área dos pavimentos e compartimentos;
e) as dimensões das áreas e passagens;
f) a posição das paredes externas;
g) a área e forma da cobertura;
h) a posição e as dimensões dos vãos externos;
i) as dimensões das saliências.

§ 2º - As alterações que tiverem de ser feitas em uma Obra licenciada, sem qualquer modificação dos elementos geométricos essenciais, serão permitidas desde que não desobedeçam às determinações dêste Código, e que seja feita, antes do início das mesmas alterações, comunicação escrita à Prefeitura. Nesta serão descriminadas, por menor, as alterações que tiverem de ser feitas.

Art. 47 - Terminada a construção ou reconstrução de qualquer prédio, o respectivo construtor dará aviso por escrito

...

...

à Prefeitura, acompanhado do projeto e da chave, a fim de que esta mande examinar o prédio e verificar se foi executado de acôrdo com o projeto e se foram observadas as prescrições dêste Código.

Parágrafo Único - Na falta de aviso do construtor, e uma vez terminada a construção, poderá o proprietário enviar à Prefeitura a comunicação de conclusão da obra, acompanhada da planta e das chaves, para os fins do artigo anterior.

Art. 48 - A vistoria deverá ser efetuada no prazo peremptório de cinco (5) dias, a contar da data do aviso do construtor ou da comunicação do proprietário.

§ 1º - Se a vistoria não fôr feita dentro dêsse prazo, considerar-se-á a obra aprovada, podendo o prédio ser habitado, ocupado ou utilizado pelo proprietário.

§ 2º - Antes de ser feita a vistoria, de que se trata êste Artigo, não será permitida a habitação, ocupação ou utilização do prédio salvo se verificar a hipótese prevista no parágrafo anterior, sob a pena de multa e outras exigências regulamentares.

§ 3º - Será permitida a instalação de máquinas, balcões, armários e prateleiras nos prédios destinados a estabelecimentos industriais e comerciais, sem que possam, entretanto, funcionar antes da vistoria.

Art. 49 - Será concedida baixa parcial da construção nos seguintes casos:

a) quando se tratar de prédios com mais de dois (2) pavimentos, em que poderá ser concedida baixa de construção, por parte, à medida que estas se concluírem;

b) quando se tratar de prédio composto de parte comercial e parte residencial e puder, uma, ser utilizada independentemente da outra;

c) quando se tratar de mais de um prédio construido no mesmo lote.

§ 1º - A Prefeitura não fica sujeita a prazo para conceder baixa parcial de construção.

...

...

§ 2º - A baixa parcial só será concedida depois de assinado pelo interessado, na Prefeitura, um têrmo comprometendo-se a concluir as obras dentro do prazo razoável que lhe fôr marcado e sujeitando-se, se o não fizer, a pagamento de uma - multa mensal, estipulada, até concluir a construção.

Art. 50 - Concluída a construção, e concedida a - baixa, não poderá o proprietário mudar o seu destino, sem prévia licença da Prefeitura, sob pena de multa e interdição.

§ 1º - Só será permitida a mudança, parcial ou total, do destino de qualquer construção, quando isto não contrariar as disposições dêste Código.

§ 2º - A licença para mudança de destino, pedida em requerimento instruido com a planta do prédio, será concedida - por alvará depois de verificada a sua regularidade.

Art. 51 - A demolição de qualquer construção, exceutados apenas os muros de fechamento, até três metros (3,00 m) - de altura, só poderá ser executada mediante licença da Prefeitura e pagamento da respectiva taxa.

§ 1º - Tratando-se de edifício com mais de dois (2) pavimentos ou de qualquer construção que tenha mais de oito (8) metros de altura, a demolição só poderá ser efetuada sob a responsabilidade de profissional legalmente habilitado.

§ 2º - No requerimento em que for pedida a licença para demolição, compreendida no parágrafo precedente, será declarado o nome do profissional responsável, o que deverá assinar o requerimento juntamente com o proprietário ou seu representante legal.

Art. 52 - Exceto no caso de perigo eminente, não se procederá a demolição do prédio no alinhamento, sem tapamento - da frente correspondente à fachada.

Art. 53 - Em qualquer demolição, o profissional responsável, ou proprietário, conforme o caso, porá em prática tôdas as medidas necessárias e possível para garantir a segurança dos operários, do público, das benfeitorias dos logradouros e - das propriedades vizinhas.

Parágrafo único - A Prefeitura poderá, sempre que - julgar conveniente, principalmente nos logradouros da zona urbana, estabelecer horas, mesmo à noite, dentro das quais uma demolição deva ser feita.

...

...

CAPÍTULO - V I

LOTES A SEREM EDIFICADOS = SUAS DIMENSÕES E CONDIÇÕES

Art. 54 - Só será permitida a edificação no lote - que satisfizer a qualquer das condições seguintes:

a) fazer parte de subdivisão de terreno aprovada pe la Prefeitura;

b) fazer frente para o logradouro público aprovado pela Prefeitura e ter pelo menos 12 metros de testada;

§ 1º - Os atuais lotes, em que houver edificação, - são considerados aceitos com as dimensões constantes da escritu ras, podendo, em caso de demolição, receber nova edificação.

§ 2º - Os terrenos, vagos na data da promulgação - dêste Código, e encravados entre lotes e edificações de outros proprietários, também são considerados aceitos com as dimensões que tiverem.

§ 3º - Além das exigências mencionadas neste Artigo, o lote, para receber edificação, deverá satisfazer as condições de salubridade de que trata o regulamento de - Saúde Pública de Estado.

Art. 55 - Em cada lote de subdivisão de terreno, a provada pela Prefeitura, só será permitida a construção de um edifício e respectivas dependências.

§ 1º - Os lotes com mais de 24 metros de testada po derão ser subdivididos, respeitadas as dimensões e áreas mínimas de que trata o artigo seguinte.

§ 2º - A planta do parcelamento será submetida à apro vação da Prefeitura, apresentada em duas vias, desenhada a nanquim, em papel tela na escala de 1:500, com dimensões mínimas de - 0,22 m X 0,30 m.

Art. 56 - Observar-se-ão, nos projetos de subdivisão de terrenos, no Município, a serem submetidos à aprovação da Prefeitura, as seguintes testadas e áreas mínimas para os lotes.

...

...

a) lotes residenciais, 12m e 360m2 respectivamente;
b) lotes comerciais, situados nos distritos comerciais e onde não se permitirá residência, 8m e 200 m2 respectivamente;
c) lotes industriais, 15m e 600m2 respectivamente.

Art. 57 - O desmembramento de faixa ou parte do lote, para incorporação a outro, está sujeito à aprovação da Prefeitura e só será permitido quando a parte restante do lote desmembrado compreender àrea que possa constituir lote independente, observadas as características mínimas de testada e área.

CAPÍTULO - V I I

ALINHAMENTO e NIVELAMENTO para CONSTRUÇÃO

Art. 58 - Para início de construção em terreno em que ainda não edificou, é necessário que o interessado esteja de posse das notas de alinhamento e de nivelamento fornecidas pela Prefeitura.

Parágrafo único - O alinhamento e as cotas de nível serão expressos no alvará de construção e terão como referência pontos fixos do local, tais como meios-fios, soleiras de prédios vizinhos ou fronteiros.

Art. 59 - Juntamente ao alvará de construção, será entregue ao interessado um croqui de alinhamento e nivelamento, feitos pela Prefeitura em seguida ao deferimento do requerimento de licença.

§ 1º - O croqui de alinhamento e nivelamento será extraído em duas vias, das quais uma ficará arquivada na Prefeitura.

§ 2º - A via entregue ao interessado permanecerá no local da obra durante a construção.

Art. 60 - O alinhamento obedecerá ao estabelecido pelo plano diretor e o nivelamento ao "grade" projetado para o logradouro público para o qual tiver testada o lote que receberá a edificação.

Parágrafo único - Enquanto não se elaborar o plano diretor da cidade ou vila, onde fica situada a construção, servirão de referência para o alinhamento e nivelamento os edifícios existentes nas proximidades, no mesmo logradouro público.

...

...

Art. 61 - O criqui de alinhamento e nivelamento conterá tôdas as indicações relativas aos pontos marcados no terreno, por meio de piquêtes, pelo funcionário encarregado do serviço, devendo figurar pelo menos um R N (referência de nível).

Parágrafo único - serão conservados em seus lugares os piquêtes colocados pela Prefeitura.

Art. 62 - Para efeito de início de construção, o croqui de alinhamento e nivelamento vigorará por seis (6) mêses.

Parágrafo único - Para início de construção depois do prazo previsto neste Artigo, a Prefeitura informará a requerimento do interessado se houver modificações, ou projeto de modificações, no alinhamento ou "grade" do logradouro público que justifiquem a feitura de novo alinhamento e nivelamento. No caso afirmativo, a Prefeitura os fará, paga a taxa respectiva.

Art. 63 - Não dependem de alinhamento e nivelamento:

a) a construção cujo afastamento do alinhamento do do logradouro público for superior a seis (6) ~~mêxxx~~ metros;

b) a construção em lote que já recebeu edificação e situado em logradouro público que não haja sofrido modificações de alinhamento ou "grade" aprovadas pela Prefeitura;

c) a reconstrução de muros no alinhamento das vias públicas em que o alinhamento e o "grade" não haja sofrido modificações aprovadas pela Prefeitura.

CAPÍTULO - V I I I

CONDIÇÕES GERAIS DE EDIFICAÇÕES

Art. 64 - A fachada principal dos edifícios recuados deve ser paralelo ao alinhamento da via pública, salvo quando o terreno for de esquina, em ângulo agudo, caso em que a fachada poderá ser normal a bissetriz do ângulo formado pelos alinhamentos das duas vias.

Parágrafo 1º - Considera-se fachada principal a que dá para o logradouro mais importante.

Parágrafo 2º - A fachada principal será provida de paltibanda, quando estiver no alinhamento da via pública.

Parágrafo 3º - O peitoril das janelas voltadas para a via-pública ficará a uma altura mínima de um metro e meio (1,5m) acima do nível do passeio contíguo.

...

...

Parágrafo 4º - As escadas não terão degráus, além do alinhamento da via pública.

Art. 65 - Nos cruzamentos das vias públicas os dois - alinhamentos serão concordados por um arco de círculo, de raio igual à diferença entre sete (7) metros e a distância do meio fio ao alinhamento do logradouro, ou por uma linha poligonal inscrita nêsse arco de círculo.

§ Iº - Quando a distância entre o meio fio e o alinhamento não a mesma nos dois logradouros, tomar-se-á a maior distância para efeito dêste Artigo, não podendo ser o raio, do arco de circulo de concordância inferior a três (3m). As figuras de nº - 1 a 8, do croqui anexo, elucidam o dispositivo.

§ 2º - Em edifícios de mais de um pavimento a concordância, de que trata êste Artigo, não será exigida a partir do segundo pavimento em relação ao logradouro mais alto.

§ 2º - Em edifícios de mais de um pavimento a concordância, de que trata êste artigo, não será exigida a partir do segundo pavimento em relação ao logradouro mais alto.

Art. 66 - Os edifícios construidos sôbre linhas divisórias não podem ter beirais, que deitem águas no terreno do vizinho, o que se evitará por meio de calhas e condutor/es. Não terão aberturas, nas paredes confinantes, a não ser a permitidas pelo Código Civil ou pelo próprio vizinho.

Art. 67 - Nos distritos residenciais, e nos comerciais para os quais seja o recuo obrigatório, nenhum edifício poderá ser construido ou reconstruido sem que haja entre a fachada ou fachadas principais e o alinhamento uma distância mínima de três metros (3 m).

Art. 68 - As dependencias dos prédios devem ser construidos nos fundos dos terrenos, sempre que possível fora das vistas dos logradouros públicos, não podendo a área total das mesmas ser superior a 50% (cinquenta por cento) da área do edifício principal.

Art. 69 - Nos edifícios com corpos salientes, o mais avançado dêstes é que deverá guardar a distância mínima estabelecida para o recuo.

...

...

Parágrafo único - Os corpos salientes de oitenta centímetros (0,80 m) no máximo, formando recintos fechados, não ultrapassam o limite mínimo para o recuo desde que a soma de suas projeções em plano vertical, paralelo à fachada correspondente, não exceda a quarta parte da superfície total desta.

Art. 70 - A área compreendida entre o limite do logradouro e a fachada ou fachadas do edifício afastadas do alinhamento deverá ser convenientemente ajardinada e tratada.

Parágrafo único - Concluida a construção, será de quatro (4) mêses o prazo para ser atendida a disposição dêste artigo, sob pena de multa imposta mensalmente ao proprietário.

Art. 71 - A distância mínima da linha divisória de lote é de um metro e cinquenta centímetros (1,50 m).

Art. 72 - Si se tratar de terreno, a mais de dois metros (2 m) acima do nível da via pública ou de difícil acesso em virtude de sua declividade, será permitida a construção de garagens no alinhamento do logradouro, desde que não prejudiquem a estética do edifício principal ou das edificações vizinhas.

CAPÍTULO- I X

Secção - I

Áreas

Art. 73 - As áreas devem ter formas e dimensões compatíveis com a iluminação e ventilação indispensáveis aos compartimentos.

Art. 74 - Dentro das dimensões mínimas de uma área não poderão existir saliência e balanço de mais de vinte e cinco centímetros (0,25 m).

Art. 75 - As áreas, para efeito dêste Código, são divididas em áreas principais e áreas secundárias.

Parágrafo único - Área principal é aquela destinada a iluminar e ventilar o compartimento de permanência prolongada, diurna ou noturna. Área secundária é a destinada a iluminar e ventilar compartimento de utilização transitória.

Art. 76 - Tôda área principal fechada deverá satisfazer as seguintes condições:

...

...

I - ser de dois metros (2 m), no mínimo, o afastamento de qualquer vão à face da parede que lhe fique oposta, afastamento medido sôbre a perpendicular traçada, em plano horizontal, ao meio do peitoril ou da soleira do vão interessado;

II - permitir a inscrição de um círculo de dois metros (2 m) de diâmetro, no mínimo;

III - ter uma área mínima de dez metros quadrados .... (10 m2);

IV - permitir, acima do segundo pavimento, ao nível de cada piso, a inscrição de um círculo cujo diâmetro mínimo "D" seja dado pela fórmula:

$$D = 2m + \frac{h}{b}$$

na qual h represente a distância do piso considerado ao piso do segundo pavimento e b = 4; tratando-se de construção na zona comercial, poder-se-á adotar b = 6, quando sejam iluminados e ventilados pela área.

Art. 77 - Tôda área principal aberta deverá satisfazer às seguintes condições:

I - ser de metro e meio (1,50 m), no mínimo. o afastamento de qualquer vão à face da parede que lhe fique oposta, afastamento êste medido sôbre a perpendicular traçada, em plano horizontal, ao meio peitoril ou soleira do vão interessado;

II - permitir a inscrição de um círculo de um metro e meio (1,50 m) de diâmetro, no mínimo;

III - permitir, acima do segundo pavimento, ao nível de cada piso, a inscrição de um círculo cujo diâmetro D seja dado pela fórmula:

$$D = 1{,}50\ m + \frac{h}{b}$$

na qual h represente a distância do piso considerado ao piso do segundo pavimento onde b = 6.

Art. 78 - Tôda área secundária deverá satisfazer as seguintes condições:

...

I - ser de um metro e meio (1,50m), no mínimo, o afastamento de qualquer vão à face da parede que lhe fique oposta, afastamento êste peitoril ou soleira do vão interessado;

II - permitir a inscrição de um círculo de um metro e meio (1,50 m) de diâmetro;

III - ter a área mínima de seis metros quadrados (6 m2);

IV - permitir acima do segundo pavimento ao nível de cada piso, a inscrição de um círculo cujo diâmetro mínimo D seja dado pela fórmula:

$$D = 1{,}50\ m + \frac{h}{10}$$

na qual h represente a distância do piso considerado ao piso do segundo pavimento.

Art. 79 - Respeitadas as exigências dêste Código, as áreas de frente não estarão submetidas a regras, quanto a forma e dimensões.

Art. 80 - Nas construções destinadas a residências, adjacente à fachada posterior do edifício, deverá esistir uma área livre cuja profundidade, medida normalmente à vista de fundo, será no mínimo igual a vinte por cento (20%) da profundidade do lote.

Art. 81 - As áreas fechadas deverão ser pavimentadas com material impermeável e providas de escoadouros para as águas pluviais.

SECÇÃO - II

Iluminação e Ventilação

Art. 82 - Todo compartimento, seja qual fôr o seu destino, deverá ter, em plano vertical, abertura para o exterior, satisfazendo as prescrições dêste Código.

§ 1º - As aberturas a que se refere êste Artigo deverão ser dotadas de dispositivos próprios, - persianas ou similar - que permitam a circulação do ar.

§ 2º - As disposições dêste artigo poderão sofrer alterações quando se trate de compartimentos de edifícios especiais que exijam luz e ar de acôrdo com determinada finalidade.

Art. 83 - O total da superfície das aberturas para o exterior, em cada compartimento, não poderá ser inferior a:

...

...

a) um sexto (1/6) da superfície do piso, nos dormitórios;

b) um oitavo (1/8) da superfície do piso, nas salas de estar, nos refeitórios, escritórios, bibliotecas, cozinhas , copas, banheiros, W. C. etc;

c) um décimo (1/10) do piso, nos armazéns, lojas e sobrelojas.

§ Iº - Essas relações serão de um quinto, um sexto, e um oitavo, (1/5, 1/6 e 1/8), respectivamente, quando os vãos se abrirem e não houver parede oposta à superfície dêsses - vãos a menos de um metro e meio (1,50 m) do limite da cobertura da área, da varanda, do pórtico, do alpendre ou da marquise. O presente parágrafo não se aplica às varandas, pórticos, alpendres e marquises cujas coberturas não excedam a um metro - (1,00 m) de largura, desde que não exista parede nas condições - indicadas.

§ 2º - Os vãos que se acharem sob alpendres, pórticos ou varandas de largura superior a três metros (3 m) são considerados de valor nulo para efeito de iliminação.

§ 3º - Em caso algum a abertura destinada a ventilar qualquer compartimento poderá ser inferior a sessenta decímetros quadrados (0,60 m2).

Art. 84 - Em cada compartimento, uma das aberturas, pelo menos, terá sua vêrga distanciada do teto, no máximo de um sexto (1/6) do pé-direito, salvo o caso de compartimentos situados em sótão, quando as vêrgas distarão do teto máximo vinte centímetros (0,20 m);

Parágrafo único - Quando houver bandeiras, serão - elas basculantes, não podendo, entretanto, ser dotados de bandeiras os vãos de compartimentos situados em sótão.

Art. 85 - Nenhum vão será considerado como iluminando e ventilando pontos de compartimentos que dêles se distem mais de duas vêzes o valor do pé-direito, quando o mesmo vão abrir para a área fechada, e duas vêzes e meia êsse valor, nos demais casos.

Art. 86 - A iluminação e ventilação por meio de claraboias serão toleradas em compartimentos destinados a escadas , copas, despensa, oficina e armazém destinado a depósito, desde - que a área de iluminação e de ventilação seja igual a metade (1/2) da área total do compartimento.

...

...

Art. 87 - Em casos de construções não comuns, será permitida, pela Prefeitura, adoação de dispositivos especiais - para iluminação e ventilação artificiais:

CAPÍTULO - X

Partes Componentes das Construções

Secção - I

Fundações

Art. 88 - Sem prévio saneamento do solo, nenhum edifício poderá ser construído sôbre terreno:

a) úmido ou pantanoso;

b) que haja servido de depósito de lixo;

c) misturado com humo ou substâncias orgânicas.

Art. 89 - Em terrenos úmidos serão empregados meios adequados para evitar que a umidade suba até o primeiro piso.

Art. 90 - As fundações, comuns ou especiais, deverão ser projetadas e executadas de modo que fique perfeitamente assegurada a estabilidade da obra.

Art. 91 - Os limites das cargas, sôbre terrenos de fundação, serão os seguintes, expressos em quilogramas por centímetro quadrado:

a) um meio (0,5) para atêrros ou velhos depósitos de entulho, já suficientemente reclacadas e xonsolidados;

b) um (1) para terrenos comuns;

c) dois (2) para os terrenos argilo-arenosos e secos;

d) quatro (4) para os terrenos de excepcional qualidade, tais como areia piçarra e cascalho;

e) vinte (20) para a rocha viva.

§ 1º - Nos casos de cargas excêntricas, as pressões nos bordos não deverão exceder a três quartos (3,4) dos valôres constantes do presente artigo.

§ 2º - Se houver dúvida em relação à resistência do terreno, poderá a Prefeitura exigir sondagens e verificações locais, por conta do construtor, utilizando-se os resultados na execução do projeto.

...

...

Art. 92 - A Prefeitura poderá exigir, conforme a constituição do terreno, o emprêgo de estacada ou outro meio adequado, para a sua consolidação.

Art. 93 - Os alicerces das edificações, nos casos comuns serão executados de acôrdo com as seguintes disposições:

a) - O material a empregar será pedra com argamassa conveniente ou concreto;

b) - a espessura dos alicerces deverá ser tal que distribua sôbre o terreno pressão unitária comatível com a natureza dêste;

c) - os ressaltos não deverão exceder, em largura, a respectiva altura;

d) - serão respaldados, antes de iniciadas as paredes, por uma camada de material impermeável;

e) - e a profundidade mínima dos alicerces, quando não assentarem sôbre rocha, será de cinqüenta centímetros (0,50 m) abaixo do terreno circundante.

SECÇÃO - I I

Paredes

Art. 94 - As paredes dos edifícios terão espessura de acôrdo com o material empregado e as cargas a suportar, podendo ser exigido pela Prefeitura, quando fôr julgado conveniente, o cálculo de sua estabilidade.

Parágrafo único - Os arcos ou vigas das aberturas serão construídos com dimensões compatíveis com a natureza do material empregado e deverão resistir às cargas das peças das coberturas, dos barrotes, etc.

Art. 95 - Nos edifícios comuns, até dois (2) pavimentos, as paredes externas terão espessura de uma vez o tijolo, no mínimo.

§ 1º - Poderão ter espessura de meio tijolo:

a) nos edifícios de um pavimento, a parte dos corpos secundários destinadas a copas, cozinhas, banheiras e outros compartimentos não de permanência noturna;

b) - nas dependências de um pavimento;

c) - nas casas de tipo econômico situadas nas zonas suburbana, vilas e rural.

...

...

§ 2º - É permitida a construção de paredes externas de meio (1/2) tijolo, a que se refere o parágrafo primeiro dêste artigo, desde que o vão máximo das tesouras não exceda sete metros (7,00 m). Quando êsse vão fôr superior a quatro metros (4,00 m), as paredes externas deverão ser reforçadas por contra pilastras, espaçadas de quatro metros (4,00 m), no máximo.

Art. 96 - As paredes internas ou divisões poderão ter espessura de meio (1/2) ou de um quarto (1/4) de tijolo.

Art. 97 - No caso de edifícios de mais de dois (2) pavimentos ou destinados a fins especiais, como fábricas, oficinas, armazéns, casas de diversões, etc. onde se possam manifestar sobrecargas especiais, esforços repetidos, ou vibrações, as espessuras das paredes serão calculadas de modo a garantirem a perfeita estabilidade e segurança do edifício.

Art. 98 - Tratando-se de estruturas de concreto armado, as paredes de enchimento não ficam sujeitas ao limite de espessura estabelecidos nos artigos anteriores.

Art. 99 - Tôdas as paredes das edificações serão revestidas, externa e internamente, de embôço e rebôco, feitos com argamassa apropriada.

§ 1º - O revestimento será dispensado, quando o estilo exigir material aparente, que possa dispensar essa medida.

§ 2º - Quando as paredes ficarem com o paramento externo em contacto com o terreno circundante, deverão receber o revestimento externo impermeável.

Art. 100 - Desde que não seja exigida a impermeabilização das paredes, serão admitidas divisões de madeira, formando compartimentos de uso diurno, como sejam escritórios e consultórios, e, se atingirem o teto, cada uma das subdivisões deverá satisfazer as condições de iluminação, ventilação e superfície mínima, exigidas por êste Código.

§ 1º - Se as divisões a que se refere êste artigo não atingirem o teto, ficando livre, na parte superior, um têrço (1/3), pelo menos do pé direito, não será necessário que os compartimentos resultantes da subdivisão satisfaçam as condições indicadas.

...

...

§ 2º - Em caso algum poderão ser construidos fôrros na altura das divisões, devendo estas ser envernizadas e pintadas.

Art. 101 - As divisões de madeira a que se refere - o Artigo anterior não podem ser construídas para a formação de compartimentos de permanência notura, que se trate de habitações particulares ou coletivas.

SECÇÃO - I I I

Pisos

Art. 102 - A edificação acima dos alicerces ficará - separada do solo, em tôda a superfície, por uma camada isolante de concreto 1: 3: 6 (pelo menos), de dez centímetros (0,10 m) de espessura.

Art. 103 - O terreno em tôrno das edificações e junto às paredes será revestido, numa faixa de setenta centímetros - (0,70 m) de largura, com material impermeável e resistente, formando a calçada.

Parágrafo único - Em tôrno das dependências a calçada poderá ter a largura de meio metro (0,50 m).

Art. 104 - Os pisos, nos edifícios de mais de dois - (2) pavimentos, serão incombustíveis.

Art. 105 - Serão incombustíveis os pisos dos pavimentos, passadiços, galerias, etc., dos edifícios ocupados por estabelecimentos comerciais e industriais, hospitais, casas de diversões, sociedades, clubes, habitações coletivas, depósitos, etc.

Art. 106 - Os pisos serão convenientemente revestidos com material adequado, segundo o caso e as prescrições dêste - Côdigo.

SECÇÃO - I V

Escadas

Art. 107 - A largura das escadas será de oitenta centímetros (0,80 m), úteis salvo nas habitações coletivas, em que - êsse mínimo será de um metro e vinte centímetros (1,20 m).

Art. 108 - As caixas de escadas serão ventiladas e iluminadas, em cada pavimento, por uma abertura de dimensões mínimas de sessenta centímetros por um metro (0,60m X 1,00m), rasgadas para logradouros, áreas ou passagem.

...

...

Art. 109 - Ao longo das escadas as paredes serão - protegidas por meio de rodapés de ladrilhos hidráulicos, cerâmicas ou mármore, ou de madeira quando dêste material forem as escadas.

Art. 110 - Nas habitações coletivas as paredes da caixa de escada serão, segundo a respectiva rampa, revestidas de material liso e impermeável, em uma faixa de um metro e cinqüenta centímetros (1,50 m) de altura.

Art. 111 - As escadas que se elevarem a mais de um metro (1,00 m) acima do nível do piso inferior respectivo, serão guarnecidas de guarda-corpo.

Art. 112 - As escadas serão de material incombustível, nos seguintes casos:

a) nos edifícios com três ou mais pavimentos;
b) nos edifícios em que o pavimento térreo fôr destinado a fins comerciais ou industriais;
c) nos edifícios destinados à teatros, cinematógrafos e outras casas de diversões, estabelecimentos de ensino e oficinas.

Parágrafo único - Nos casos previstos neste artigo, é indispensável o material incombustível nas escadas secundárias - para sótãos, tôrres e de serviço.

Art. 113 - Nos edifícios de cinco ou mais pavimentos, as escadas se estenderão ininterruptamente do pavimento térreo ao telhado ou terraço.

Parágrafo único - Nos edifícios de dois (2) ou mais pavimentos, não é permitido o emprêgo exclusivo de escada em caracol para acesso aos pavimentos elevados.

Art. 114 - Para determinação das dimensões dos degráus das escadas admitir-se-á, como regra geral, que a largura do piso mais duas (2) vêzes a largura do espelho seja igual, a sessenta e três centímetros (0,63 m) fórmula de Blondel), tolerando-se, entretanto, em casos excepcionais, degraus de vinte e cinco centímetros (0,25m) de largura de piso por dezoito centímetros (0,18m) de altura de espelho.

...

...

Parágrafo único - O patamar intermediário, com largura mínima de oitenta centímetros (0,80 m), é obrigatório sempre que o número de degraus exceder a dezenove (19).

Art. 115 - As escadas em caracol terão, no mínimo, em projeção horizontal, um metro e quarenta centímetros (1,40 m) de diâmetro.

Parágrafo único - A parte mais larga do piso de cada degrau da escada em caracol não terá menos de trinta centímetros (0,30 m).

Art. 116 - A existência de elevador em um edifício não dispensa a da escada.

SECÇÃO - V

Cobertura

Art. 117 - Na cobertura dos edifícios, deverão ser empregados materiais impermeáveis, imputrecíveis, de reduzida comdutibilidade térmica, incombustíveis e resistentes à ação dos agentes atmosféricos.

Parágrafo único - Em se tratando de construções provisórias, não destinadas a habitação, poderá ser admitido o emprêgo de materiais que possuam maior condutibilidade térmica.

Art. 118 - A corbetura dos edifícios, a serem construidos ou reconstruidos deverá ser convenientemente impermeabilizada, quando construida por lage de concreto armado, e em todos os outros casos em que o material empregado não fôr, por sua própria natureza impermeável.

CAPÍTULO - X I

Compartimentos

Secção - I

Classificação

Art. 119 - Para efeito dêste Código, os compartimentos são classificados em:

a) Compartimentos de permanência prolongada;
b) Compartimentos de permanência transitória;
c) Compartimentos de utilização especial;

...

...

§ 1º - São considerados compartimentos de permanência prolongada: dormitórios, refeitorios, salas de estar, de visitas, de música, de jogos, de costuras, salas e gabinetes de - trabalhos, escritórios consultórios, estúdios, lojas armazéns e similares.

§ 3º - São considerados compartimentos de utilização especial aqueles que, por seu destino, dispensam aberturas - para o exterior: Câmara escura, frigorífico, adega e outros de natureza especial.

SECÇÃO - II

Condição de Compartimentos

Art. 120 - O pé-direito terá as seguintes alturas mínimas:

a) três metros (3,00 m), para os compartimentos de utilização ou permanência prolongada, diurna ou noturna;

b) dois metros e cinqüenta centímetros (2,50 m) , para os de utilização transitória;

c) quatro metros (4,00 m), para as lojas;

d) dois metros e meio (2,50 m), no mínimo, a três - metros (3,00 m), no máximo, para as sobrelojas, consideradas pavimento a sobreloja em que o pé-direito ultrapasse três metros ... (3,00 m);

Art. 121 - Os compartimentos de permanência prolongada (diurna ou noturna) deverão ter a área mínima de oito metros quadrados (8,00m2);

§ 1º - Nas casas de habitação particular, em cada - pavimento constituido por três ou mais compartimentos, inclusive a instalação sanitária, deverá haver pelo menos um dêles com - a área mínima de doze metros quadrados (12,00 m2). Quando em um mesmo pavimento houver mais de uma habitação independente, a exigência se fará para cada uma habitação.

§ 2º - Nas habitações será permitido um comparti - mento de seis metros quadrados (6,00 m2) correspondendo a cada - grupo de dois compartimentos de permanência prolongada.

...

...

§ 3º * Na habitação de classe "hotel", quando os - aposentos forem isolados, terão a área mínima de nove metros quadrados (9,00 m2) e os outros a área mínima de seis metros quadrados (6,00 m2), cada um.

Art. 122 - Os compartimentos de permanência prolongada devem ainda:

a) oferecer forma tal que contenham, em plano horizontal, as paredes opostas, ou concorrentes, um círculo de um - metro de raio (1,00 m);

b) ter as paredes concorrentes - quando elas formarem um ângulo de 60º (sessenta graus) ou menor - concordadas por terceira, de comprimento mínimo de sessenta centímetros (0,60 m).

Parágrafo único - No caso previsto na letra b dêste artigo, a concordância das paredes poderá fazer-se por armário, desde que sua área não seja superior a dois metros quadrados (2,00 m2).

Art. 123 - Os corredores deverão satisfazer as seguintes condições:

a) nas habitações particulares, terão largura mínima de noventa centímetros (0,90 m) quando seu compartimento fôr inferior a cinco metros (5,00 m); quando tiverem compartimento - superior a cinco metros (5,00 m), terão largura mínima de um metro (1,00 m) e receberão luz direta.

b) nas habitações coletivas, os corredores de uso comum e de comprimento até dez metros (10,00 m), terão largura - mínima de um metro e vinte centímetros (1,20 m). Os corredores cujo comprimento fôr superior a dez metros (10,00 m), terão a largura mínima de um metro e cinqüenta centímetros (1,50 m) e iluminação direta.

Art. 124 - As cozinhas deverão satisfazer as seguintes condições:

a) não terão comunicação direta com compartimentos de habitação noturna nem com latrinas;

b) dimensão alguma em qualquer sentido, será inferior a dois metros (2,00 m);

c) a área mínima será de sete metros quadrados - (7,00 m2);

...

...

d) o piso será de material liso, resistente e impermeável;

e) as paredes serão, até um metro e cinqüenta centímetros; (1,50 m) de altura, impermeabilizadas com material liso e resistente;

f) o teto será de material incombustível, quando ouver pavimento superposto.

Art. 125 - Os fogões e fornos devem distar das paredes externas pelo menos vinte centímetros (0,20m), podendo êsse espaço ser cheio de material incombustível.

Parágrafo único - Da mesma forma, os fogões e fornos devem ficar afastados das paredes divisórias de, pelo menos, sessenta centímetros (0,60 m).

Art. 126 - As chaminés satisfarão as seguintes condições:

a) elevar-se-ão, pelo menos, um metro (1,00 m) acima dos telhados, devendo ter a altura suficiente para que a fumaça não incomode ou prejudique os prédios vizinhos;

b) - quando metálicas, deverão ficar isoladas, pelo menos, de cinqüenta centímetros (0,50 m) de quaisquer peças - de madeira do edifício;

c) não poderão ser construídos de material metálico os trechos compreendidos entre forros e telhados e os que - atravessarem paredes e tetos de estuque de tela ou de madeira;

d) deverão assentar-se em bases sólidas e ser munidas de portas de ferro que permitam sua impesa interna;

e) os desvios da direção vertical, quando necessários, não excederão o ângulo de quarenta e cinco graus (45º);

f) não terão outras aberturas, nas paredes laterais, senão a porta de limpesa, munida de uma tampa de ferro, - hermética, afastada de pelo menos, um metro (1,00 m) de qualquer peça de material combustível.

Parágrafo único - Poderá a Prefeitura em qualquer tempo, determinar os acréscimos ou modificações das chaminés - que não satisfaçam as condições previstas na alínea "a" dêste - Artigo.

...

...

Art. 127 - As copas terão o piso de material liso, resistente e impermeável e, quando se destinarem a limpesa de - louças, não terão comunicação direta com compartimento de habitação noturna nem com latrinas.

Art. 128 - As despesas só terão comunicação direta com cozinha, copa ou passagem.

Art. 129 - Os compartimentos destinados a instalações sanitárias terão as seguintes áreas:

a) um metro quadrado (1,00 m2) destinadas exclusivamente a latrina;

b) um metro e vinte decímetros quadrados (1,20 m2) quando destinados a chuveiro;

c) dois metros quadrados (2,00 m2) quando destinados a latrina e chuveiro;

d) três metros quadrados (3,00 m2) quando destinados exclusivamente a banheiro;

e) três metros e vinte decímetros quadrados (3,20m2) quando destinados a latrina e banheiro conjuntamente.

Art. 130 - Os compartimentos destinados a instalações sanitárias satisfarão as seguintes condições:

a) terão o piso e as paredes, até a altura de um - metro e cinquenta centímetros (1,50 m) -, revestido com material liso, resistente impermeável.

b) quando destinadas a latrinas, não terão comunicação direta com a cozinha ou dispensa.

Art. 131 - As latrinas e banheiras poderão ser instaladas nos gabinetes de toucador, obedecidas as prescrições do Artigo anterior.

Parágrafo único - Os gabinetes de toucador terão - área mínima de seis metros quadrados (6,00 m2).

Art. 132 - Os compartimentos destinados a garagem particular deverão satisfazer as seguintes condições:

a) área mínima de dez metros quadrados (10,00 m2);
b) dimensão mínima do lado menor: 2,50 m;
c) pé-direito mínimo, na parte mais baixa: 2,20 m;

...

...

d) piso revestido de material liso e impermeável que permita escoamento das águas.

e) teto de material incombustível, quando houver pavimentos superpostos ou quando a garagem fizer parte integrante do edifício;

f) as paredes serão de material incombustível;

g) não terão comunicação direta com nenhum outro compartimento, exceto cômodos de passagem.

Art. 133 - Em tôda e qualquer habitação, compartimento algum poderá ser subdividido com prejuízo das áreas mínimas estabelecidas nos Artigos anteriores.

CAPÍTULO - X I I

Pavimentos, Lajas e Sobrelojas, Jiraus, Porões e Sótãos.

Art. 134 - Quando os pavimentos de um edifício constituirem uma única habitação, deverão comunicar-se internamente por meio de escada.

Art. 135 - Cada pavimento destinado a habitação, diurna ou notura, deverá dispor, no mínimo, de uma latrina, além dos compartimentos nêle situados.

Parágrafo único - Em cada grupo de dois pavimentos, imediatamente superpostos, a latrina será dispensada em um dêles, quando no outro não houver mais de três compartimentos de habitação noturna.

Art. 136 - Em edifícios destinados a usos comerciais, escritórios, consultórios e similares, é obrigatória a existência da latrina em cada pavimento na proporção de uma para cada dez compartimentos.

Art. 137 - As lojas deverão satisfazer as seguintes condições:

a) profundidade máxima igual a duas e meia vêzes (2,5) o pé-direito, quando iluminadas apenas pelas portas de frente; para que tenham maior profundidade é necessário que possuam vãos amplos na parede dos fundos ou nas laterais;

b) terão pelo menos uma latrina e um lavabo, convenientemente instaldos;

...

...

c) não deverão ter comunicação direta com os gabinetes sanitários ou com compartimentos de uso noturno.

§ 1º - A natureza do revestimento do piso e das paredes dependerá do gênero do comércio a que forem destinadas as lojas.

§ 2º - Nos agrupamentos de lojas as latrinas poderão ser também agrupadas, uma para cada estabelecimento, desde que tenham acesso fácil e independente.

§ 3º - Será dispensada a construção de latrinas , quando a loja fôr contínua à residência do comerciante e o acesso à latrina da residência fôr independente.

Art. 138 - As sobrelojas só serão permitidas quando, de sua construção, não resultar prejuizo para o pé-direito mínimo regulamentar da loja.

Parágrafo único - Quando o pé-direito da loja fôr no mínimo de cinco metros e cinquenta centímetros (5,50 m), permitir-se-á a sobreloja na parte posterior da loja, desde que:

a) não tenha área superior à metade da área da loja;

b) não prejudique os índices de iluminação e ventilação previstos neste Código.

c) fique, no mínimo a dois metros e oitenta centímetros (2,80 m) acima do piso da loja;

Art. 139 - Para as sobrelojas exige-se que:

a) se comuniquem com as lojas por meio de escadas internas fixas;

b) só se destinem a permanência diurna.

Art. 140 - A construção de jiraus destinados a pequenos escritórios, depósitos, localização de orquestra, dispositivos elevados de fábricas, etc. será permitida desde que as condições de iluminação e ventilação do espaço aproveitado sejam satisfatórias e não sejam prejudicadas as do comprimento em que se fizer essa construção.

Parágrafo único - Não é permitida a construção de jiraus nas casas de habitação particular, nem nos compartimentos dormitórios de casas de habitação coletiva.

...

...

Art. 141 - Os jiraus deverão satisfazer as seguintes condições:

I - De modo geral:

a) ter a altura mínima de dois metros (2,00 m) para uma área até oito metros quadrados (8,00 m2).

b) ter a altura mínima de dois metros e cinqüenta - centímetros (2,50 m) para área superior a oito metros quadrados - (8,00 m2);

c) ter área mínima igual a um quinto (1/5) de área do compartimento em que forem construídos, salvo se constituírem passadiços, de largura máxima de oitenta centímetros (0,80m) ao longo de estantes e armação dispostas junto às paredes.

d) ser situados junto às paredes de fundo ou late - rais, se os compartimentos em que forem construídos derem para a via pública, como lojas, etc.;

e) não ter divisões nem fechamento por paredes de qualquer espécie.

II - Quando destinados à permanências de pessoas, isto é, a escritórios, orquestras, dispositovos de fábricas, etc. - devem ter:

a) pé-direito mínimo de dois metros (2,00m);

b) guarda-corpo;

c) escada de acesso fixa com corrimão;

III - Quando colocadas em lugar freqüentado pelo público a escada de acesso, referida no ítem II, anterior será disposta de modo a não prejudicar a circulação no compartimento.

IV - Quando destinados a depósitos devem ter:

a) pé-direito mínimo de um metro e noventa centímetros (1,90m);

b) escada de acesso móvel.

Parágrafo único - Em caso de necessidade, será exigida a abertura de vãos que iluminem e ventilem o espaço tornado aproveitável com a construção do jirau.

Art. 142x- O requerimento de licença para construção de jiraus deve ser acompanhado pelas plantas correspondentes à construção propriamente dita, informações completas sôbre sua - finalidade, além de uma planta minuciosa do compartimento onde - êle deva ser construído.

...

...

Parágrafo único - No caso de ser o jirau destinado a depósito provável, devendo ser ainda, justificadas as condições de resistências, não só da construção projetada, como das partes do edifício por ela interessadas.

Art. 143 - Os porões poderão ser utilizados nos seguintes casos, desde que satisfaçam, em cada caso, tôdas as exigências dêste Código relativas aos compartimentos a que se destinarem:

a) como cozinhas, quando o pé-direito fôr no mínimo de dois metros e cinqüenta centímetros (2,50 m);

b) como dispensas e depósitos, quando o pé-direito fôr no mínimo de dois metros e cinqüenta centímetros (2,50 m);

c) como dispensas e depósitos, quando o pé-direito fôr no mínimo de dois metros (2,00 m); Neste caso serão tolerados:

1 - caxilhos móveis envidraçados, nas aberturas de ventilação;

2 - portas gradeadas, quer sejam externas ou internas.

Art. 144 - Os porões satisfarão as seguintes condições:

a) serão aterrados quando tiverem altura inferior a um metro (1,00 m):

b) quando o pé-direito fôr inferior a dois metros - (2,00 m), além das condições da alínea "c" seguintes, terão nas paredes de perímetro, abertura de ventilação guarnecidas de grades metálicas, fixas de malha estreita, mas que permita a renovação de ar interior. Em caso algum será tolerada a vedação que prejudique o arejamento;

c) qualquer que seja o pé-direito:

1 - terão o piso impermeabilizado, de acôrdo com o estabelecido neste Código;

2 - as paredes do perímetro serão, na face externa, revestidas de material impermeável e resistente, até trinta centímetros, (0,30 m) acima do terreno exterior.

...

...

Art. 145 - Nos sótãos, os compartimentos que tiverem pé-direito de dois metros e cinqüenta centímetros (2,50 m) a dois metros e vinte centímetros (2,20 m) e satisfizerem as demais exigências dêste Código quanto a área, iluminação e ventilação e, - além disso, forem forrados, poderão ser utilizados para habitação diurna ou noturna.

Parágrafo único - O pavimento superposto a uma garagem particular, isolada e situada em área de fundo, poderá ser - construida como sótão.

CAPÍTULO - X I I I

Estética dos Edifícios

Secção I

Fachadas

Art. 146 - Todos os projetos para construção, reconstrução, acréscimo e reforma de edifícios estão sujeitos à censura estética da Prefeitura, não só quanto as fachadas visíveis dos logradouros, mas também na sua harmonia com as construções vizinhas.

Art. 147 - As fachadas secundárias, visíveis dos logradouros devem harmonizar-se, no estilo, com a fachada principal.

Art. 148 - Compartimentos de chegada de escada, casas de máquinas de elevadores, reservatórios, ou qualquer outro corpo acessório, aparecendo acima das coberturas, terraços ou telhados, devem ficar incorporados à massa arquitetônica do edifício, formando motivos que poderão ser tratados como tôrres ou pavimentos parciais, recuados ou não do alinhamento.

Art. 149 - As fachadas que se caracterizam por um único motivo arquitetônico não poderão receber pinturas diferentes - ou qualquer tratamento que perturbe a harmonia do conjunto.

Art. 150 - Nas fachadas dos edifícios construídos no alinhamento do logradouro público serão permitidas saliências até o máximo de quinze centímetros (0,15 m), desde que o passeio, no logradouro, não tenha largura inferior a dois metros (2,00 m).

Art. 151 - As contruções em balanço, nas fachadas construídas no alinhamento, só serão permitidas acima do pavimento - térreo e deverão obedecer às seguintes condições:

...

...

a) em hipótese alguma poderão ficar a menos de três metros (3,00 m) altura, sôbre o passeio;

b) o afastamento de qualquer de seus pontos, em relação ao plano da fachada não deverá ser maior que a distância entre a respectiva projeção, sôbre o mesmo plano, e a divisa lateral mais próxima, menos vinte e cinco centímetros /// (0,25m);

c) a saliência máxima permitida será de cinco por cento (5%) da largura da rua, não podendo exceder de um metro e vinte centímentros (1,20m) ;

d) a soma das projeções das construções em balanço, formando recinto fechado, sôbre plano vertical, paralelo a fr/ frente, não poderá exceder a um têrço (1/3) da superfície // da fachada, em cada pavimento.

§ 1º - Quando o edifício apresentar várias faces voltadas para logradouros públicos, cada uma delas será considerada isoladamente, para os efeitos do presente artigo.

§ 2º - O canto chanfrado ou em curva poderá pertencer a qualquer das duas faces contíguas, a critério do autor do projeto.

§ 3º - As marquises não estão sujeitas às limitações dêste artigo estando sua construção regulada na Seção II, dêste Capítulo.

Secção II

Artº 152 - Será permitida a construção de marquises na testada de edifícios construídos no alinhamento dos logradouros públicos, desde que obedeça as seguintes condições:

A) não excederem à largura dos passeios e ficarem em qualquer caso, sujeitas ao balanço máximo de três metros (3.00m);

B) não apresentarem quaisquer de seus elementos, inclusive bambinelas fixas, abaixo da cota de três metros (3.00m), referida ao nível do passeio, salvo no caso de consolos, os quais junto à parede.

poderão ter essa cota reduzida a dois metros e cinquenta centímetros (2,50 m);

C) não terem as bambinelas fixas,inclusive lambrequins, se os houver dimensão maior de trinta centímetros // (0,30m) no sentido vertical;

d) não prejudicarem a arborização e a iluminaçaõ pública e não ocultarem placas de nomenclatura e outras indicações oficiais dos logradouros;

e) serem constituidas de material incombustível e resistente à ação do tempo;

f) terem, na face superior, caimento em direção à fachada do edifício junto à qual será convinientemente disposta a calha provida de construtor para coletar e encaminhar as àguas, sob o passeio, para a sargeta do logradouro;

g) serem providas de cobertura protetora quando revestidas de vidro frágil ou de outra metéria também frágil;

h) serem construidas até a linha da divisa das respectivas fachadas,de modo a ser evitada qualquer solução de continuidade entre as marquises contíguas, ressalvados casos especiais e os casos especiais e os casos previstos por êste regulamento.

Parágrafo único - Em edifício ou edifício que, pelo conjunto de suas linhas constituirem blocos arquitetonicos, cujo equilíbrio ou simetria não deva ter prejudicada, não será // permitida a colocação de marquises parciais.

Artº 153 - Fica obrigatoria a colocação de marquises nos prédios comerciais, a serem construídos ou reconstruídos // nos logradouros dos distritos comerciais, bem como nos edificios comerciais já existentes nesse distrito, quando tiverem de ser excutados nesses edificios obras que importem na modificação da fachada.

Parágrafo único - As marquises metálicas, construidas nos logradouros compreendida nos distritos comerciais, serão obrigatòriamente revestidas, pela parte inferior, com matérial /

inalteravel.

Artº 154 - A altura e o balanço de marquises na mesma quadra serão uniforme, salvo no caso de logradouro acentuadamente em declive.

Artº 155 - Nas quadras onde já existem marquises, serão adotados a altura e o balanço de uma delas, para padrão das que de futuro alí se construirem.

§ Iº - No caso de não convir por motivos estéticos, a reprodução das caracteristicas lineares de marquises já existentes, poderá a Prefeitura adotar outras que sirvam de padrão.

§ 2º - As juizo da Prefeitura, poderá, para edificio de situação especial ou de caracter monumental, se permitida a construção de marquises, em nível das demais da mesma quadra.

Artº 156 - Quando construídas em logradouros de grande declividade, as marquises se comporão de tantos segmentos // horizontais quantos forem convenientes.

Artº 157 - As marquises quando executadas em edificios de valor arquitetônicos, deverão incorporar-se ao estilo da fachada.

Artº 158 - Será permitida o uso transitório de estores protetores contra a ação do sol, instalados na extremidade da marquise e paralelamente à fachada do edificio, desde que sejam atendidas as seguintes condições:

a) não descerem, quando completamente destendidos, abaixo de dois metros e vinte centímentros (2,20m), a contar do nível do passeio;

b) serem de enrolamento mecânico, a fim de que se recolham passado sol;

c) serem mantidos em perfeito estado de conservação e asseio;

d) serem munidos, na extremidade inferior, de vergalhões metálicos ou de outros dispositivos, convenientemente capeados e suficientemente pregados, que lhes garatam relativa

,...,

segurança, quando destinados.

Artº 159 - Com o pedido de licença para colocação de marquises, além da declaração do prazo para a execução da obra, deverá ser apresentado o seu projeto detalhado, em duas vias:/ uma em tela, desenhada a nanquim, e ambas com assinatura do proprietário e do autor do projeto.

§ Iº - Os desenhos, na escala de 1:50 e convenientemente cotados, conterão: o conjunto da marquise com a parte da fachada que ela interesse; detalhe do revestimento inferior ou f forro; projeção horizontal do passeio, localizados rigorosamente os postes de qualquer natureza e àrvore, acaso existente no trecho correspondente à fachada; secção transversal da marquise,// determinando-lhe o perfil, a constituição da estrutura, os focos de luz e a largura do passeio.

§ 2º - A Prefeitura poderá exigir, sempre que julgar co conveniente, a apresentação de fotografias de tôda a fachada e o cálculo da resistência da obra a ser executada.

§ 3º - Do texto do requerimento ou memorial anexo ao mesmo, deverão constar a descrição da obra, a natureza dos materiais de sua construção revestimento e iluminação,do seu sistema de escoamento de àguas pluviais e de seu acabamento.

Artº 160 - No caso de inobiservância de qualquer detalhe do projeto aprovado, ou não cumprimento das condições fixadas no requerimento ou memorial respectivos, ficará o responsável sujeito às penalidades previstas nêste CÒDIGO, obrigado a executar as alterações julgadas convenientementes e até demolir a obra, se o achar necessário a Prefeitura.

Secção III

TOLDOS

Artº 161 - Os toldos deverão satisfazer as seguintes condições:

a) não excederem à largura dos passeios e ficarem sujeitos, em qualquer caso, ao balanço máximo de dois metros(2.00m);

....

b) não descerem, quando instalados no pavimento // térreo, os seus elementos, inclusive bambinelas, abaixo de / dois metros e vinte centímetros (2,20m) em cota referida ao nível do passeio;

c) não terem as bambinelas dimensão vertical maior de sessenta centímetros (0,60m);

d) não prejudicarem a arborização e a iluminação públicas e não ocultarem placas de nomenclaturas e de logradouros;

e) não receberem, nas cabeceiras laterais, quaisquer planejamentos quando instalados no pavimento térreo;

f) serem aparelhados com as ferragens e roldanas necessárias ao completo enrolamento da peça junto à fachada;

g) serem feitos de lona, de boa qualidade, e convenientemente acabados.

Artº 162 - Os toldos, quando instalados no pavimento térreo, poderão receber estores suplementares ou bambinelas que não poderão descer debaixo da cota de dois metros e vinte centímetros(2,20m), a contar do nível do passeio.

Artº 163 - Os requerimentos para colocação de toldos deverão ser acompanhados de seu desenho, em duas vias, sendo a primeira em tela, feita a nanquim, representando uma secção // normal à fachada, da qual figurem o toldo, o segmento da fachada e, quando se destinarem ao pavimento térreo, o passeio com / as respectivas cotas.

Secção IV

Vitrinas e Mostruários

Artº 164 - A licença para instalação de mostruários e vitrinas só será concedida, pela Prefeitura, quando da instalação não advenha prejuizo para a ventilação e iluminação prescritas nêste Código, satisfeitas outrossim, as exigências de / ordem estética.

....

Parágrafo único - Será permitida a colocação de vitrinas que ocupem, parcialmente, passagens ou vão de entradas, desde que a passagem livre não fique reduzida a menos de um // metro e vinte centímetros (1,20m).

Artº 165 - Nas paredes externas da loja será permitida a colocação de mostruàrios, desde que:

a) tenha o passeio do logradouro a largura mínima de dois metros (2m00m);

b) seja de trinta centímetros (0,30m) a saliência // máxima de qualquer de seus elementos sôbre o plano vertical // marcado pelo alinhamento do logradouro;

c) não interceptem elementos característicos da -// fachada;

d) apresentem aspecto conveniente, cantos arredondados e sejam constituídos de material resistente à ação do tempo.

CAPITULO XIV

Instalação Domiciliària de Àgua e Esgôto.

Artº 166 - No que se refere a instalações domiciliárias de àgua e esgotos será observado o que dispõem os Títulos III e IV, da segunda parte,(serviços de utilidade pública), da lei Municipal nº 770, de 18 de setembro de 1968, (Código de / Postura Municipais).

CAPÌTULO XV

Instalação Elétrica Domiciliária

Seccção I

Generalidades

Artº 167 - Os projetos de construção de edificios ou instalação de industria, submetidos à aprovação da Prefeitura, deverão ser acompanhados de esquema de rede de distribuição elé[illegible]

.....

trica interna.

Paragrafo único - No esquema, de que trata êste Artigo serão indicados a canalização e condutores elétricos com as respectivas dimensão , local das caixas de passagem dos tubos, tomadas, pontos de luz motores e outros aparelhos, // cargas e sistema e cálculo da distribuição.

Artº 168 - As instalações para o uso particular de e-energia elétrica só poderão ser executadas por profissionais licenciados ou casas comerciais especializadas.

Parágrafo único - O proprietário do prédio ao requerer a ligação, deverá declarar, para os devidos fins, o nome do instalador ou da casa comercial responsável.

Artº 169 - A ligação será obrigatòriamente precedida por uma vistoria da instalação, pelo concessionário do serviço de energia elétrica (ou pela Prefeitura, se esta o explorar diretamente).

§ Iº - A Aceitação definitiva da instalação elétrica para luz ou para fôrça, depende de sua aprovação pelo encarregado da vistoria.

§ 2º - Quando na vistoria se verificar que a instalação não satisfaz exisgências regularmenteres, quando à mão-de - obra ou material, o vistoriador impugnará, apontando-lhe os defeitos.

§ 3º - Se os defeitos encontrados provierem da má / execução do serviço, será exigida a reforma parcial ou total da instalação; se resultarem de má qualidade do material, ou de seu emprêgo enadequado será exigida a sua substituição.

SECÇÃO II.

Normas Gerais

Artº 170 - Todo o material empregado nas instalações elétricas domiciliárias, para luz ou fôrça, deverá obedecer /

....

as especificações contidas nas Normas para Execução de Instalações Elétricas, da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Artº 171 - Os condutores empregados nas instalações elétricas internas são identificados pela àrea de sua secção -/ transversal e pela natureza de seu isolamento.

§ 1º - A àrea da secção transversal do condutor é expressa em milímetros ou referida a uma bitola padrão, usas na / escala " American Wire Gage" (A. W. G.).

§ 2º - A secção dos condutores será calculada de modo a atender o que estabelecem os Artigos 200, 201, e 219.

Artº 172 - Não é permitido o emprêgo de condutor de / secção transversal inferior a:

do fio nº 10, para entradas aéreas;
do fio nº 14, para instalações internas;
do fio nº 18, para cordões flexível ou para ligação de lutres ou aparelhos semelhantes.

Parágrafo único - O cordão flexível terá seu emprêgo limitado às ligações entre as instalações e os aparelhos de utilização móveis satisfeitas as exigências do Artº 216 , Parágrafo único.

Artº 173 - Os condutores de secção igual ou inferior à do fio nº 6 poderão ser construídos por fio único. Quando forem de secção superior à do fio nº 6, serão sempre constituídos por 7 ou 19 fios salvo casos especiais em que fôr necessária grande flexibilidade.

Artº 174 - Nas instalações internas, nos locais únidos e naqueles que as canalizações ficarem expostas a grandes variações de temperatura, só poderão ser empregados condutores condutores com isolamento de borracha com ou sem encapamento de chumbo.

Artº 175 - O número máximo de condutores que um conduto pode conter, salvo casos especiais, é limitado pelas tabelas fornecidas pelos fabricantes de material elétrico ou pelas tabelas nº 7, 8 ou 9 das Normas para Execução de Instalações Elétricas.

.....

....

Artº 176 - Os condutores de secção superior ao fio nº 14 serão ligados por intermédio de terminais fixados aos aparelhos por meio de parafusos .

Parágrafo único - As extremidades dos fios serão endurecidas com solda de estanho antes de sua ligação aos parafusos do aparelho.

Artº 177 - Nas emendas, as extremidades dos fios serão prévia e cuidadosamente limpas.

AArtº 178 - Os condutores usados em distribuições subterrâneas deverão ser protegidos com capa de chumbo a não ser / que tenham armadura de aço ou sejam de fabricação adequada.

Artº 179 - Nas distribuições subterrâneas os condutores passarão obrigatòriamente dentre de manilhas ou de canos de ferro galvanizados, próprios para instalações elétricas.

Artº 180 - Os cabos subterrâneos devem ser providos, nas saídas de terminais especiais, e protegidos, até a altura de dois metros e cinquenta centímetros (2,50m), por conduto de / ferro galvanizado, de diâmetro que permita a posterior substituição do cabo.

Artº 181 - As ligações das distribuições subterrâneas com linhas àereas ou internas deverão ser protegidas por fusíveis ou disjuntores adequados.

Artº 182 - Serão considerados condutos:

a) os eletrodutos ou tubos metálicos rígidos e inteririços;
b) os tubos metálicos flexíveis.

Parágrafo único - Os condutos são idenficados pelo seu diâmetro nominal interno, expresso em lilímetros ou polegadas.

Artº 183 - È obrigatòriamente o emprêgo de eletroduto ou de cabo armado:

a) no trecho da instalação entre a entrada da corrente n no prédio e o respectivo medidor.;

b) nas instalações dificilmente acessíveis;

....

c) nas instalações situadas em lugares úmidos;

d) nas instalações situadas em lugares onde os fios possam ser danificados por ação mecânica ou química ou outra / qualquer causa;

e) nas vitrinas ou mostruários de lojas;

f) nas paredes externas dos edificios ou sôbre qualquer estrutura exposta ao tempo.

Parágrafo único - Nas instalações embutidas em lajes ou paredes não será permitido o uso de cabo, armado sendo obrigatório o emprêgo do eletroduto rígido.

Artº 184 - Não é permitido, nas instalações eletricas emprêgos de eletrodutos metálicos, rígidos ou flexíveis, de diâmetros inferior a quinze milímetros (15mm).

Artº 185 - O emprêgo de tubos metálicos flexíveis só será permitido nos casos em que fôr obrigatòrio o de eletroduto e nos trechos entre instalações fixas e os aparelhos que precisam ser deslocados.

Parágrafo único - Os tubos matálicos flexíveis podem formar uma rêde completa , não embutida, ou construir trechos isolados ou parciais completando outros tipos de instalação.

Artº 186 - Em condutos de diâmetro nominal não superior a vinte e cinco (25) milímetros, as curvas poderão ser feitas com o próprio conduto, observados os seguintes limites:

a) contudos sem a capa de chumbo : - o raio de cada / curva não deverá ser inferior a seis (6) vêzes o diâmetro do / conduto;

b) condutos com capa de chumbo: - o raio de cada curva não deverá ser inferior a dez (10) vêzes o diâmetro do conduto;

§1º - As curvas, de que trará êste Artigo, serão executadas da frio.

§2º - Os condutos de diâmetro nominal superior a vinte e cinco (25) milímetros receberão curvas postiças.

...

Artº 187 - As emendas dos eletrodutos serão feitas por meio de luvas tarrachadas nas extremidades a serem ligadas

Parágrafo único - não são permitidas emendas de tubos flexíveis que devam formar trechos contínuos.

Artº 188 - Todo equipamento - como condutores, canalizações internas - deverá ser cuidadosamente fixado em local / prórpio, sendo que não constituem ponto firme de apôio buchas / em sêco, apertadas ou entroncadas em orificios na alvenaria, no concreto ou semelhantes.

Artº 189 - na fixação de eletrodutos serão observados os dados especificados nas seguintes tabelas:

a) eletrodutos embutidos, posição vertical:

DIÂMETRO NOMINAL DO ELETRODUTO (milímetros)	DISTÂNCIA MÀXIMA ENTRE SUPORTES (metros)
15 e 20	2,00
25 e 35	2,50
40 e maiores	3,00

B) eletrodutos não embutidos, posição não vertical:

DIÂMETROS NOMINAL DO ELETRODUTO (milímetros)	Nºs DE ELETRODUTOS EM CADA GRUPO;	SITUAÇÃO	DISTÂNCIA MÀXIMA ENTRE (metros)
15 e 20	1 ou 2	Em contato com a parede ou teto.	1.50
15 e 20	1 ou 2	Onde fôr difícil colocar suporte.	2.00

cont.

. . . .

15 e 20	3 ou mais	Em qualquer caso	2.00
25 e maiores	1 Ou 2	Em contato com a parede ou teto.	2.00
25 e maiores	1 ou 2	onde fôr dificil colocar suporte fora dos pontos fixados nas construções.	3.00
25 e maiores	3 ou mais	Em qualquer caso	3.00

Artº 190 - As caixas para as instalações em contutos (eletrodutos e tubos metálicos flexíveis), tem por fim:

a) facilitar a enfiação;

b) alojar emendas e derivações dos condutores;

c) conter aparelhos de manobra (interruptores, tomadas, etc).

Artº 191 - A enfiação dos condutores sòmente se fará depois de completamente executada: rêde de eletrodutos e / concluídos todos os serviços de construção que possam danificar (embôço, rebôco e pintura).

Artº 192 - Deverá ser provido de espaço livre suficiente em tôrno de todo o equipamento elétrico, a fim de ser facilitado o serviço de manobra ou concêrtos sem perigo para as / pessoas ou coisas.

Parágrafo único - As partes metálicas do circuito elétrico deverão ser protegidas contra o contato acidental durante as operações de manobra ou concertos.

Artº 193 - Todo o circuito de dois fios deverá ser / sempre protegido por dois fusíveis ou por um disjuntor térmico ou magnético bipolar.

Parágrafo único: - A capacidade nominal dos fusíveis e disjuntôres obedecerá aos dados da seguinte tabela:

. . . . .

* * *

LIMITE SUPERIOR DE CARGA DO CIRCUITO (WATTS)	CAPACIDADE NOMINAL DO FUSÍVEL (Ampéres)		CORRENTE DE ABERTURA DO DISJUNTOR (Ampéres)	
	Watts	Watts	Watts	Watts
	100 a 130	200 a 250	100 a 130	200 a 250
1.000	15	10	15	15
1.500	15	15	15	15
2.000	20	15	20	15
3.000	-	25	-	25

Artº 194 - Os pára-raios, quando empregados, deverão ter resistência máxima de vinte (20) ohms.

Parágrafo único- Os pára-raios terão uma derivação ligada à terra geral do resto do equipamento.

Artº 195 - O fatôr de potência de qualquer instalação elétrica, de alta ou baixa tensão, deve ser inferior a oitenta por cento (80%).

Parágrafo único - Tôdas as instalações de lâmpadas ou tubos de iluminação a mercúrio, neônio, fluorescente, luminescente, ultravioleta ou semelhantes, cujo fator de potência - medido junto ao medidor da instalação - seja inferior a noventa / por cento (90%), deverão ser providas de dispositivos de correção necessários para que seja atingido no mínimo êsse limite do / fator de potencia.

Artº 196 - Numa instalação, entre dois condutores do mesmo circuito ou de circuitos diferentes, ou entre qualquer / condutor e a terra, as resistencias de isolamento deverão ser as constantes da tabela abaixo. A medição da resistencia de isolamento será feita sob a tensão mínima de quinhentos (500) volts.

. . .

ra cada residência) ..... 60 m 2
Hotéis, salvo corredores e passagens ... 60 " "
Auditorios ..... 60 " "
Hospitais e casa de saúde ..... 60 " "
Salas de operações..... 40 " "
Escolas, salas de aula..... 30 " "
Escolas, outras dependências ..... 60 " "
Lojas ..... 60 " "

Artº 199 - As entradas dos circuitos para iluminação ou de energia para calefação e outros usos domésticos, deverão obedecer às seguintes normas:

Iº - Entrada de luz até 1 200 atts - 120 volts:

a) a entrada dos circuitos de luz será feita em tubos rígidos de 3/4 " X 7/8, curvas e boxes de 3/4 embutidos na parede desde a fachada do edificio até a muffa;

b) da mufa- colocada um pouco do medidor na caixa ou / quadro instalado no prédio, - até a chave monofásica será empregado tubo, ou conduíte flexivel de 5/8" X 3/4, que seguirá até o teto do prédio;

c) quando o teto do prédio fôr lage de concreto armado, será empregado conduíte rígido que irá diretamente da chave monofásica até a primeira caixa principal de derivação;

d) os fios condutores de entrada dos circuitos serão do tipo RC T 2, nº 10, no mínimo, com isolamento para 600 volts;

e) a caixa ou quadro de madeira terá dimensões internas de 37 cm X 17 cm, e nela serão instalados: 1 - uma mufa de ferro de 4 cm X 4 cm com tampa e dispositivos para o selo de chumbo; um bloco de porcelana para fusíveis de rolha de um polo; conduítes e boxes retos de 1/2" para saídas; 2 - uma chave monofásica de porcelana e fusível para 25 ampéres, no máximo; 3 - o medidor;

f) a caixa ou quadro, mencionado na alínea " e ", deverá ser instalado em local à vista, de fácil acesso ao fiscal do concessionário. Deverá ser colocado a 1,50 m acima do piso.

II - Entrada dos circuitos de calefação até 3 kw - 220 volts:

a) a entrada dos circuitos nos prédios, a partir de facha_

. . .

da até a mufa instalada no quadro ou na caixa, que contém o medidor , seja feita em tubos rígidos e 1 1/8" X 1 1/4", curvas e / joelhos de 1 1 /8", embutidos nas paredes;

b) do medidor até a chave desligadora, e desta até o local de destribuição da rêde, será empregado conduíte flexível de 1" X 1 1/4 " ou tubo rígido, das mesmas dimensões, quando embutido;

c) os fios condutores serão do tipo RCT 2 nº 8, no mínimo, com isolamento para 600 volts;

d) a caixa ou quadro de madeira, que contém o medidor e acessórios, terá 56 X 80 X 17 cm de dimensões internas.

Quando fôr utilizado para entrada de luz e fôrça, essas dimensões serão de 70 X 80 X 17 cm;

e) a caixa ou quadro de madeira deverá conter: 1 - m medidor de fôrça; 2 - mufa de ferro de 25 X 30 X 8 cm, com tampa e dispositivo para sêlo de chumbo; 3 - bloco de ardósia de / três (3) polos, para fusíveis de cartucho de 60 ampères; 4 - boxes retos e conduítes de 1" ligando à chave à mufa.

Artº 200 - Nas instalações de luz, a queda de tensão ao longo do circuito parcial, funcionando a plena carga, será / no máximo de dois porcento (2%) da tensão do serviço aplicada / no início do circuito.

Artº 201 - A queda de tensão, desde o medidor até o ultimo centro de distribuição, - não compreendendo os circuitos parciais, será no máximo, de um por cento (1%).

Artº 202 - Os circuitos de instalação domiciliárias de verão, ser bem isolados contra a terra entre fase e resistência de isolamento não deve inferior a 500.000 ohms quando a intensidade da corrente no circuito, ligado, fôr no máximo de 25 ampères.

Artº 203 - Os teatros e cinemas, com lotação superior a 500 pessoas, deverão ser providos, depois do medidor geral, de três instalações ou circuitos de iluminação independentes, a saber :

a) iluminação de cena (luz do palco e platéia);

. . .

b) iluminação permanente (das saídas, corredores, / passagens, escada, camarins e compartimentos sanitários) ;

c) iluminação de socorro, contendo unicamente as luzes de emergência e lâmpadas indicadoras de saída.

Parágrafo único - Nos teatros e cinemas, de que trata êste artigo, haverá grupo de baterias para iluminação de emergência nas saídas e salas de platéia.

Artº 204 - As instalações, para anúncios e iluminações festivas, feitas em estruturas metálicas, deverão obedecer os preceitos técnicos e estética,

Artº 205 - O circuito de alta tensão dos anúncios luminosos não poderá estender-se a distância superior a um metro ((1,00 m) a partir do anúncio, e ficar no mínimo a um metro e / cinquenta centímetros (1,50 m) de qualquer linha àrea.

Artº 206 - A iluminação decorativa com tubos luminescentes, com tensão para terra superior a 250 volts, deverá ser - colocada no mínimo a 2,50 m de altura acima do piso ou de outros locais; a 3,50 m acima dos passeios; 5.00 m acima das pistas para veículos, e afastamento horizontal de 1,50m das janelas e varandas.

Artº 207 - Os condutores empregados na instalação ((depois do medidor) serão isolados e de bitola nunca inferior à do fio nº 14 e deverão ser presos de modo a permitir a máxima segurança mecânica.

Secção IV

Fôrça Motriz

Artº 208 - Para fôrça motriz, para carga da instalalação derivada do circuito secundário de 220 volts, serão derivados os limites e condições estabelecidos no Artigo 197 e seu parágrafo.

Artº 209 - A entrada do circuito para fôrça motriz, p para serviços comerciais ou indústriais , obedecerá o que dispõe

. . .

o artigo 199, ítem II ;

Parágrafo ùnico - A entrada do circuito para fôrça - motriz, acima de 3 kw, em alta tensão, obedecerá às mesmas normas especificadas no ARTIGO 199, ítem II, quando a medição da energia fôr feita no circuito secundário.

Artº 210 - A proteção das instalações de alta tensão será feita por meio de fusíveis ou de interruptores automáticos, de tipo e capacidade de ruptura adequados, cabendo ao fornecedor de energia elétrica decidir, de acôrdo com as indicações técnicas da rêde, sôbre o sistema de proteção à adorar-se.

Artº 211 - Todos os quadros de distribuição ou comando serão instalados em compartimentos provativos, com circuito e - iluminação derivados antes do interruptor, de modo a manter a - luz do quadro sempre ligada.

Artº 212 - As cabines especiais de alta tensão deverão satisfazer as seguintes condições:

a) a ser localizada em local conveniente;

b) ser de construção definitiva e permanente à prova d'agua;

c) ser provida de ventilação e iluminação natural - adequadas;

d) ter uma porta com dimensões mínimas de um metro e largura por dois de altura;

Artº 213 - Será reservado na cabine espaço livre de disposição e dimensões a ser fixadas pelo fornecedor de energia destinado ao aparelho de medição e acessórios.

§ 1º - Será permitida a instalação de interruptores , transformadores e outros aparelhamentos, na mesma cabine, desde que o espaço reservado ao dispositivo de medição seja projetado contra possíveis acidentes.

§ 2º - Além do aparelhamento para registro, manobras e medição, serão instalados interruptores unipolares de facas , chaves-fusíveis, pára-raios, e interruptor automático.

§ 3º - Tôdas as armações e suportes para isoladores,

. . .

. . .

aparelhos elétricos, etc., deverão ser de material incombustível.

Artº 214 - Do projeto de construção da cabine deverá constar esquema de ligações, indicação de capacidade, dimensões dos condutores e aparelhamento elétrico aí instalado.

Parágrafo único - O esquema das ligações deverá ser fixado na cabine depois de concluída a ligação.

Artº 215 - Nas cabines ou subestações das instalações de alta tensão, os secundários dos transformadores de medição e as caixas dos aparelhos a êles ligados, devem ser ligados à terra.

§ Iº - A ligação à terra será feita com fio de boa condutibilidade, não devendo a resistência da ligação passar de vinte (20) ohms.

§ 2º - Recomenda-se para ligação à terra.

a) o emprêgo de três tubos de ferro galvanizado, com diâmetro mínimo de 1,9cm, de 2,50 m de comprimento mínimo, enterrados verticalmente, de preferência em local úmido;

b) o emprêgo de fio de cobre calibre nº 4, no mínimo.

Artº 216 - Os condutores empregados na instalação (depois do medidor) serão isolados e de bitola nunca inferior à do fio nº 14, e deverão ser presos de modo a permitir máxima mecânica.

Parágrafo único - Para instalações portáteis, se for necessário o uso de cordão flexível, êste deverá ter isolamento para uma tensão mínima de 2.000 volts, levando um envólucro, à prova de fôgo, e uma proteção que poderá ser de lona, couro ou de arame de aço trançado.

Artº 217 - Todos os circuitos são feitos em contutos rígidos.

Artº 218 - Não serão permitidos aparelhos com tensão superior a 250 volts, salvo tipos que satisfaçam requisitos de segurança.

Artº 219 - Nas instalações de fôrça motriz e queda de tensão máxima admissível será de 5%.

. . .

existência:

a) garagem, privativa para edifício e seus moradores, situada em área de fundo:

b) escritórios:

c) compartimentos destinados, com ou sem entrada direta para o logradouro público, não se admitindo, entretanto, a instalação de padaria, açougue, quintanda, carvoaria, peixaria e congeneres;

d) são proibidos, terminantemente, os cortiços, estalagens, albergues ou casas para moradia coletiva, sob qualquer denominação, que não satisfaçam as condições exigidas por êste Código.

Secção II

Casas de Apartamentos

Artº 230 - São consideradas " casas de apartamentos" àquelas, de mais de um pavimento, que possuam grupos de compartimentos, constituindo habitação distinta, destinada à residência permanente, correspondendo cada apartamento, pelo menos, dois compartimentos, um dos quais de instalação de latrina e banheiro.

Artº 231 - Deverão as casas de apartamentos atender às seguintes condições:

a) nas imediações da entradas do edifício será reservado um compartimento para instalação da portaria;

b) os apartamentos que possuírem instalações completas, inclusive cozinha, deverão ser dotados também um terraço bem ventilado;

c) haverá instalação coletora de lixo, convinientemente disposta, perfeitamente vedada, com bôcas de carregamento em todos os pavimentos e dotada de dispositivos para limpesa e lavagem;

d) haverá instalação contra incêndio.

Artº 232 - Em uma casa de apartamento poderão existir, independentemente dos apartamentos, compartimentos destinados ao serviço ou administração do edifício, a depósito de utensílios , móveis, malas etc., e aposentos de empregados, desde que haja, para êstes, instalações independente de W.C. e chuveiro.

Artº 233 - As construções destinadas a hóteis, além das disposições dêste Código que lhe forem aplicáveis, deverão satisfazer

. . .

as seguintes:

a) além das peças destinadas a habitação, apartamentos ou quartos - deverão possuir as seguintes dependências:

1 - Vestíbulos com local para instalação da portaria.
2 - Salas de estar
3 - Sala de leitura e correspondência

b) Quando houver cozinha, a sua área mínima será de oito metros quadrados (8 m2) não se incluindo necessária, o espaço de proporções conveniente, que deverá ser reservado para - instalação de Câmara frigorífica ou geladeira. O seu piso será revestido de material liso, resistente e impermeável, e as suas paredes, até a altura de um metro e cinquenta centímetros (1,5) (1,50 m) serão revestidos de azulejo.

c) Havendo copas, serão instaladas em compartimentos - separado da cozinha e terão também as paredes revestidas de azulejo até uma altura de um metro e cinquenta centímetros (1,50m).

d) As dispensas, quando houver , serão perfeitamente - protegidas contra insetos e animais daninhos e terão as paredes revestidas de azulejo, até uma altura de dois metros (2,00m).

e) Quando houver instalação de lavanderia anexa ao hotel deverão os respectivos compartimentos ter pisos e paredes, - até uma altura de dois metros (2,00m) revestidos de material liso , resistente e impermeável. A lavanderia terá, além das dependências indispensável ao serviço, mais os seguintes:

1) depósito de roupa servida.
2) local apropriado para isolamento e colchões tra - vesseiros e coberturas.
3) instalação sanitária para uso de pessoal do serviço.

f) No caso de não haver instalação de lavanderia,deverão dispôr de local apropriado para isolamento de colchões, - travesseiros e cobertas.

g) Os quartos que não dispuserem instalação provativa de banho, serão de lavatórios com àgua corrente.

h) Deverão ser instalados depósitos de lixo, em local conveniente, sem comunicação com a cozinha, copa ou quaisquer

. . .

(1,60m), nos centrais, e um metro e vinte centímetros (1,20m), nos laterais e secuntários;

h) as salas de opreções serão de preferência dirigidas para o sul, deverão dispôr de aberturas exigidas pela técnica;

i) em cada PAVIMENTO haverá banheiros, lavatórios e letrinas na proporção de um para dez (10) doentes, devendo as portas das instalações sanitárias ser dotadas de molas que as conservem sempre fechadas;

j) os cômodos das instalações sanitarias não se comunicarão diretamente com as enfermarias, havendo, de permeio, uma / ante-sala com lavabo;

l) haverá latrinas e banheiros, em número conveniente, privativos do pessoal de serviço;

m) para cada enfermaria haverá um aparelho com pia de despejo, que permita a lavagem dos vasos por meio de jatos d'àgua / sob pressão;

n) haverá sempre uma lavanderia a água quente, uma / instalação completa de desinfecção, de aparelho de esterilização de louças e utensílios, de depósito apropriado para roupa servida;

o) são obrigatórios depósitos de gêneros alimentícios com pisos e paredes ladrilhados, com abertura protegidas por tela / de arame, à prova de ratos e insetos;

p) no sistema "bloco" não serão admitidos pátios ou áreas internas.

Artº 235 - Os edifícios destinados a hospitais, casa-de saúde ou maternidades, quando tiverem mais de dois pavimentos,- serão construídos com material incombustível, dotados de dispositivos especiais contra incêndio providos de elevadores com capacidade suficiente para o transporte de pessoas, leitos e macas.

§ 1º - Para os estabelecimentos até 4 pavimentos e capacidade até cem (100) leitos, haverá um elevador, no mínimo; - além de quatro (4) pavimentos e mais de cem (100) leitos, dois (2) elevadores, no mínimo. Em qualquer caso, a proporção será de um elevador para cada grupo de cem (100) leitos ou fração dêsse número.

§ 2º - Haverá um elevador de serviço isolado e independente dos elevadores normais do estabelecimento.

. . .

§ 3º - Em qualquer caso é obrigatória a escada independentemente dos elevadores, construída de material incombustível, com um metro e vinte centímetros (1,20m), no mínimo de largura livre. A escada poderá ser substituida por plano inclinado, de - material é de largura previstos para àquela.

Artº 236 - Nos hospitais de mais de cem (100) leitos, e quando possível, nos de melhor lotação, haverá um pavilhão especial, separado do estabelecimento, destinado à observação dos casos de moléstias transmissíveis e diferentes das previstas pelo estabelecimentos, de modo que fique assegurado o isolamento dos doentes aí internados.

Artº 237 - Nas maternidades, os dormitórios terão capacidade para oito (8) doentes, no máximo, e os compartimentos destinados a gestantes conterão no máximo dezesseis (16) leitos.

Artº 238 - As maternidades terão pavilhões ou cômodos separados, reservados, respectivamente, a doentes de oftalmia purulenta, infecção puerperal, etc., de modo a ser-lhes assegurado o mais completo isolamento.

Artº 239 - Nos lugares onde não houver canalização de esgôto e para os hospitais de qualquer espécie, será obrigatório o tratamento depurador do efluentes das fossas, não sendo permitido o simples sumidouro.

Artº 240 - Os necrotérios satisfarão as seguintes condições:

a) serão instalados em pavilhão isolado, distantes de vinte metros (20,00 m), pelo menos, das habitações vizinhas e situadas de maneira que seu interior não seja devassado ou descortinado;

b) as paredes serão impermeabilizadas até a altura mínima de dois metros (2,00 m).

c) o piso será impermeabilizado com material liso e resistente, com a inclinação necessária e relos para escoamento - das àguas de limpesa;

d) as aberturas de ventilação serão providas de tela, à prova de môscas;

. . .

1 - serão construídas de lances retos, intercalados os patamares, tendo cada lance dezesseis (16) degraus, no máximo, medindo cada patamar um metro e vinte centímetros (1,20 m) , / pelo menos, de extensão;

2 - terão largura mínima de 1,50 m;

3 - terão degraus, quando muito, de dezoito centímetros (0,18 m) de altura e trinta centímetros (0,30m), pelo menos, / de piso;

4 - a largura das escadas aumentará à medida que forem atingindo o nível das ordens mais baixas de localidades, na proporção do número de pessoas, observada sempre a relação estabelecida por êste Artigo;

5 - Para acesso à ordem mais elevada de localidades, - geralmente denominada " galeria", deverão existir escadas independentes das que se destinarem às ordens inferiores;

i) a largura dos corredores de circulação e acesso do público às várias ordens de localidades elevadas será proporcional ao número de pessoas que por aí tiverem de transitar, guardada a razão de um metro (1,00m) para cada grupo de cem (100) - pessoas, e não será inferior a|:

1 - 2,50 m, para o corredor das frisas e dos camarotes de primeira ordem, e de 2,00 m , para os demais, quando a lotação do teatro fôr superior a 500 pessoas;

2 - 2,00 m e 1,50 m, respectivamente, quando a lotação fôr inferior a 500 pessoas;

j) a disposição das escadas e corredores será feita de modoque impeça correntes de trânsito contrárias, devendo a respectiva largura ser aumentada na proporção indicada nêste Artigo, - sempre que houver confluência inevitável;

l) nas passagens, nos corredores e nas escadas, os vãos não poderão ser guarnecidos com fôlhas de fechamento, grades, - correntes, ou qualquer dispositivo que possa impedir, no caso de - pânico, o escoamento do público, em qualquer sentido. Esta disposição é extensiva aos vãos de portas destinadas ao escoamento do público no sentido do logradouro;

. . .

m) quando indispensável, os vãos, de que trata o ítem precedentente, poderão ser guarnecidos de reposteiros;

n) para fechamento das portas que se abrirem diretamente para o logradouro, será adotado o dispositivo de correr, de preferência no sentido do vertical;

o) haverá gabinete para "toilette" de senhoras e instalações sanitárias de fácil acesso, devidamente separadas para cada sexo e individuo, sendo a parte destinada aos homens subdividida em latrinas e mictórios;

p) não poderá haver porta ou outro qualquer vão de comunicação interna, entre as diversas dependências de um estabelecimento de diversões públicas e as casas vizinhas;

g) as casas de diversões em geral serão dotadas de instalação e aparelhamento preventivos contra incêncio;

r) nas salas de espetáculos, diversões, conferências, assembléias, auditórios, etc., com capacidade superior a quinhentas (500) pessoas, é obrigatório aparelhamento para renovação de ar.

Artº 244 - Para o estabelecimento das relações, que têm como base o número de pessoas, deve ser considerada:

a) a lotação completa da sal, quando as cadeiras ou assentos destinados ao público forem fixo no pavimento;

b) a estimativa de duas pessoas por metro quadrado, consideradas as áreas livres destinadas ao público, em tôdas as ordens de localidades da sala, quando as cadeiras forem livres.

Artº 245 - Nas platéias ou salas de espetáculos ou projeção em geral, deverá ser observado o seguinte:

a) o piso terá inclinação de 3% pelo menos;

b) tôdas as portas de saida serão encimadas pela inscrição " saida", suavemente iluminada quando se apagarem as luzes da sal, e legível distância;

c) pianos e orquestras serão localizados em plano inferior ao da plantía, em posição tal que não constituam obstáculo ao escoamento do público na direção das portas de saída e não prejudiquem a visibilidade, para os espectadores;

. . .

d) as cadeiras, quando constituindo séries, deverão satisfazer às seguintes condições:

1 - ser de tipo uniforme;

2 - ser de braço;

3 - ter assento basculante;

4 - ter as dimensões mínimas de quarenta centímetros (0,40m) de fundo, medindo no assento, e quarenta e cinco centímetros (0,45m) de largura, medindo entre os braços de eixo a eixo;

e) cada série não poderá conter mais de quinze (15) cadeiras, devendo ficar intercalado entre as séries um espaço para passagem, com um metro (1,00m), pelo menos, de largura;

f) as séries contíguas, às paredes, no máximo, oito(8) cadeiras;

g) o espaço de passagem entre duas filas consecutivas de cadeiras não será inferior a quarenta centímetros (0,40m), medidos horizontalmente entre o plano vertical que passe pelo ponto mais avançado das cadeiras da fila de trás e o plano vertical que passe pelo ponto mais recuado das cadeiras da fila da frente;

h) o espaço reservado para passagem entre duas filas consecutivas de cadeiras, nas disposições escalonadas, poderá ser reduzido até mínimo de trinta centímetros (0,30m);

i) em cada fila de cadeiras serão dispostas travessas que sirvam de apôio para os pés dos ocupantes das cadeiras da fila posterior;

j) o plano vertical passando pelo eixo longitudinal das cadeiras, cativas ou fixas, da platéia e dos balcões, não poderá formar ângulo maior de 30º com o plano normal à superficie de projeção.

SECÇÃO VII

Teatros

Artº 246 - Os teatros, além de outros disposições aplicáveis, dêste Código, atenderão ainda às seguintes:

a) haverá separação perfeita entre a platéia e a parte destinada aos artistas, sem outras comunicações além das indis-

. . .

dimensões tão pequenas quanto possível, um para projeção luminosa e outro para contrôle dessa projeção.

b) a escada de acesso à "Cabine de projeção" será de material incombustível guarnecida de corrimão e colocada fora de passagem do público;

c) o interior da " cabine de projeção" terá ventilação suficiente, por meio de tomadas especiais de correntes de ar;

d) as " cabines de projeção" e os dispositivos de filmes serão munidos de extintores químicos, de funcionamento automático;

e) a distância horizontal medida entre o ponto mais avançado da primeira fila de cadeiras e a superficie destinada à projeções não será inferior a quatro metros (4,00m).

Parágrafo único - Durante as horas de funcionamento de cinematógrafos, os vãos da prota que dêem para via pública devem ser vedados sòmente por meio de reposteiros de pano, quando não seja possível conservá-los completamente desembaraçados, ficando terminantemente proibidos que neles se coloquem passadores ou corrente, a fim de que o público possa sair sem embaraço em caso de necessidade.

SECÇÃO IX

Circos e Parques de Diversões

Artº 248 - A armação de circos de pano e a instalação de parques de diversões dependem de autorização e só serão permitidas em locais determinados pela Prefeitura.

Parágrafo único - são proibidas a armação de circos e a instalação de parques de diversões na vizinhança de hospitais, casa de saúde, asilos, internatos, escolas noturnas, bibliotecas, etc.

Artº 249 - Os circos e parques de diversões só poderão ser franqueados ao público depois de vistoriados pela Prefeitura, sob pena de multa e embargo do funcionamento.

§ 1º - A vistoria, de que trata êste Artigo, far-se-á também no caso de renovação da autorização para funcionamento ou

. . .

quando julgá-la necessária a Prefeitura.

§ 2º - Se se verificar, na vistoria que as instalações não oferecem segurança bastante para o público, não será permitido o funcionamento ou interditado, conforme o caso, o circo - ou parque de diversões.

Artº 250 - È terminantemente proibida a construção mesmo provisória de circo de madeira.

SECÇÃO X
Fábricas e Oficinas

Artº 251 - Na construção de edifícios destinados a instalação de indústrias, fábricas em geral e oficinas, será ainda observado o seguinte respeitada a legislação federal sobre higiene industrial:

a) terão as salas de trabalho, com área proporcional ao número de operários convenientemente iluminadas e ventiladas por meio de abertura, para o exteriro, cuja área total seja no mínimo igual a um oitavo (1/8) da superficie dos respectivos pisos;

b) terão em tôdas as salas destinadas ao trabalho dos operários, o pé-direito mínimo de três metros e cinquenta centímetros (3,50m);

c) terão instalações sanitárias, separadas para cada sexo e indivíduo, na proporção de uma latrina para cada quinze - pessoas, sendo a parte destinada aos homens constituida por latrinas e mictórios;

d) terão lavatórios com àgua corrente, separados para cada sexo, na proporção de uma para quinze pessoas;

e) terão, anexos ao compartimento dos lavabosde cada sexo, um compartimento para mudança e guarda de roupas dos operários;

f) terão os fornos, máquinas, caldeiras, estufas, fogões, forjas e quaisquer outros dispositivos onde se produza ou concentre calor, convenientemente dotados de isolamentos térmicos e afastados, pelo menos, de um metro (1,00m) das paredes do edifício;

g) terão depósito para combustível em local convenien-

. . .

temente preparado.

Artº 252 - Os projetos submetidos à aprovação da Prefeitura devem conter , além das indicações relativas à construção do prédio e de suas depedências, informes que mostrem claramente a disposição e o modo de instalação dos diversos maquinismos.

Artº 253 - As chaminés, de qualquer espécie, terão altura suficiente para que o fumo e a fuligem ou outros resíduos , que possam expelir, não incomodem os vizinhos; ou, então, serão dotadas de aparelhamento eficiente para produzir o mesmo efeito.

§ 1º - A fim de ser cumprido o que dispõe êste Artigo , poderá determinar a Prefeitura que se faça, dentro do prazo ajustado, ou de modificações de chaminés existentes ou o emprêgo de fumívoros, seja qual fôr a altura das mesmas.

§ 2º - No caso de não serem postas em prática as providências exigidas pela Prefeitura, ou ainda no caso de não darem essa providências o resultado desejado, será efetuado uma vistoria pela Prefeitura e, conforme o que se verificar, poderá o Prefeito determinar a interdição do funcionamento da chaminé.

SECÇÃO XI

Fábricas de Produtos Alimentícios, Farmaceuticos, etc., Açougues.

Artº 254 - Nas padarias, confeitárias, fábricas de massa, de doce e outros produtos alimentícios, o bem assim nos laboratórios e fábricas de produtos farmaceuticos, será, além das disposições aplicáveis dêste Código, observado o seguinte:

a) as salas de manipulação terão:

1 - as paredes revestidas, até a altura de dois metros e cinquenta centímetros (2,50 m), com azulejos de côres claras;

2 - o piso revestidos em côres claras, de ladrilhos, mosaicos ou material equivalente, liso, impermeável, resistente , não sendo admitido o simples cimentado;

3 - concordância curva, dos planos das paredes, entre si e com teto e o piso;

. . .

4 - torneiras e ralos para lavagem, na proporção de um ralo para cem metros quadrados (100 m2) de piso;

b) além das instalações sanitárias, lavatórios, compartimentos para mudança e guarda de roupa, nas condições indicadas para as fábricas em geral, terão banheiros com chuveiros - para os operários, na proporção de um para quinze (15);

c) não poderá ser levantada construção alguma diretamente sôbre os fornos das padarias e congêneres, devendo haver pelo menos um metro (1,00 m) de distância entre êsse fornos e o teto, sendo essa distância aumentada para um metro e cinquenta (1,50 m) , pelo menos, no caso de haver pavimento superposto àquele em que existir o forno;

d) deverá haver distância de um metro (1,00m) , pelo - menos , entre os fornos e as paredes do edificio, ou dos edificios vizinhos;

e) nas padarias, fábricas de massas ou de doces, refinarias, etc., deverá depósito para as farinhas e os açucares , convenientemente dispostos com o piso e as paredes ladrilhados e com vãos protegidos por meio de telas a prova de inseto.

f) as padarias e os estabelecimentos congêneres, com - funcionamento noturno , terão um compartimento satisfazendo - tôdas as exigencias dêste Código, relativas aos compartimentos de permanência noturna, que sirva de dormitórios para os operários.

Artº 255 - Os açougues serão instalados em compartimentos com superfície mínima de dezesseis metros quadrados (16 m2) e satisfazendo as seguintes condições:

a) não terão comunicação com outras partes da casa.

b) terão portas de grades de ferro, que, permitindo o arejamento impeçam a entrada de pequenos animais.

c) terão paredes revestidas de azulejos, brancos ou de material equivalente, até a altura de dois metros (2 m) sendo o restante até o teto, pintado a óleo esmalte ou similar.

d) terão os pisos revestidos de ladrilhos, de côres - claras, com inclinação necessária para o escoamento das águas - de lavagem.

e) terão pia torneira e ralo, no piso, ligados à rêde

. . .

de esgôto.

SECÇÃO XII

GARAGENS

Artº 256 - As garagens para fins comerciais, além do que mantem outras disposições aplicáveis dêste Código, obrigatóriamente terão:

a) construção inteiramente de material incombustível, só se tolerando o emprêgo de material combustível em caibros , ripas de cobertura e esquadrias;

b) em tôda a superficie coberta, o piso asfaltado ou revestido por uma camada de dez centímetros (0,10 m), pelo menos, de concreto ou por uma calçada de paralelepipedos , - com as juntas tomadas com argassa de cimento;

c) as paredes revestidas, até dois metros (2,00m) de altura, de argamassa de cimento, de ladrilhos ou azuleijos;

d) a parte destinada a permanência dos veículos, inteiramente separada das demais dependências, administração , - depósitos, almoxarifado, etc., por meio de paredes construídas de material incombustível;

e) pé- direito de três metros (3,00 m), na parte destinada a depósito de veículos, devendo satisfazer em tudo ,nas demais dependências, administração, depósitos, etc, as exigências dêste Código que lhe forem aplicáveis;

f) instalações sanitárias subdivididas em latrinas e mictórios, separados, para cada individuo, e bem assim chuveiros para banhos, na razão de uma latrina e um chuveiro para cada grupo de quinze (15) pessoasde permanência efetiva na garagem;

g) ralos em quantidade e situação conveniente, para o escoamento das àguas de lavagem, que não poderão , em caso algum ser descarregadas diretamente no logradouro;

h) instalação conveniente contra incêndio;

§ 1º - Os depósitos de essencia para abastecimento de - automóveis serão subterrâneos, metálicos e dotados de bombas.

. . .

§ 2º - A frente das garagens deverá ser ocupada por - edificios que satisfaçam a tôdas as exigências dêste Código ,- devendo , ainda, a parte destinada à garagem pròpriamente e suas dependências, ficar completamente isolada da parte restante do edifício, por meio de pisos e paredes de materiais incombustíveis.

§ 3º - A juizo da Prefeitura, a frente das garagens poderá ter um número menor de pavimentos que o mínimo exigido , por êste Código, para o lagradouro respectivo, se a mesma fôr dotada de altura correspondente ao dêsse mínimo e apresentar , além disso, aspecto conviniente.

§ 4º - Para as garagens construídas na zona suburbana , com afastamento maior de dez metros (10 m) do alinhamento, será dispensada a exigência de edificio ocupado à frente , exigindo-se, entretanto, uma fachada de aspecto conveniente.

§ 5º - O terreno à frente das garagens afastadas do alinhamento não poderá ser ocupado por depósito de materiais , nem por quaisquer construção em desacôrdo com as exigências dêste Código em relação ao logradouro tolerando-se a instalação nesse terreno, de postos de abastecimento, projetos e construídos de maneira que não prejudiquem a estética do local , observadas as disposições dêste Código relativas ao assunto.

Artº 257 - Nos edifícios de mais de um pavimento ,destinados a garagem, não será permitida a existência de pavimentos ou compartimentos para fins estranhos à mesma garagem, como habitações, escritórios, etc., permitindo-se entretanto , a - instalação de oficinas convenientemente isoladas das partes - destinadas ao depósitos dos automóveis.

Parágrafo único - Nas garagens, de que trata o presente Artigo poderão existir compartimentos destinados aos escritórios ou depósitos da administração da própria garagem e em cada pavimento mento, para habitação do vigilante, um compartimento que - satisfaça às condições exigidas, nêste Código para os compartimentos de permanências noturnas.

Artº 258 - As garagens existentes , à data dêste Código, não poderão ser submetidas a reforma, acréscimo e reconstrução sem que sejam executadas tôdas as modificações julgadas

. . .

necessárias pela Prefeitura para a completa observância das - suas disposições.

§ 1º - A instalação de garagem em galpões será permitida, dêste que sejam elas construidas de material incombustível ou metálicos, satisfaçam a tôdas as exigências aplicáveis, dêste Código, e sejam destinados sòmente a depósito de veículos

§ 2º - No caso de que trata o parágrafo procedente , deverão ser construídas à parte quaisquer outras dependências da garagem.

§ 3º - Ressalvados os casos estabelecidos nêste Código não se permitem compartimentos de habitação no interior das garagens, admitindo-se, entretanto, que o vigilante ou porteiro possa morar no prédio em construção inteiramente das várias dependências da garagens.

SECÇÃO XIII
Postos de Abastecimentos de Automóveis

Artº 259 - Na construção dos postos de abastecimento - de automóveis, serão observadas as determinações constantes dos diversos Artigos e parágrafos aqui expressos , além de tôdas as que lhe forem aplicáveis dêsteCódigo, e da legislação em vigor, sôbre inflamáveis.

Parágrafo único - O pedido à Prefeitura, de autorização para se construir um pôsto de abastecimento, será instruido com um projeto completo das instalações e um clara explicação dos - serviços a prestar.

Artº 260 - Nos distritos comerciais da Zona Urbana, onde fôr permitida, a construção dêsses postos ocupará o pavimento térreo, ou parte do pavimento térreo, de edifícios que satisfaçam as exigências relativas ao logradouro, e que tenham a estrutura e as lajes de todos os pisos de concreto armado.

§ 1º - Tratando-se de pôsto construido nas condições dês- Artigo será observado o seguinte:

a) não poderá existir vão de comunicação de nenhuma espécie entre a parte destinada ao pôsto, inclusive dependências, e qualquer parte e edificio ou dos edificios vizinhos;

. . .

b) as paredes entre o pôsto e o restante do edificio ou entre o pôsto e os edificios vizinhos, serão construidas - de concreto armado ou de material que, a juizo da Prefeitura, seja capaz de impedir a propagação de fogo.

§ 2º - Aos proprietários ou concessionários de postos existentes na Zona Urbana, na data da promulgação dêste Código e que não satisfaçam às condições do parágrafo 1º, fica esti - pulado o prazo de 180 dias para os pôrem de acôrdo com as de - terminações dêste Código.

Artº 261 - Os postos de abastecimento de automóveis, em geral deverão satisfazer as seguintes condições:

a) os depósitos de inflamáveis serão metálicos e subterrâneos, à prova de propagação de fôgo, e sujeitos, no funcionamento e nos detalhes ao que prescreve a legislação especial sôbre inflamáveis;

b) serão dotados de instalação contra incêndio e, além disso, de extintores portáteis em quantidade e colocação convenientes condições de funcionamento;

c) haverá pelo menos, um compartimento para abrigo dos empregados e uma instalação sanitária com latrina, mictório e lavatório;

d) se no pôsto de abastecimento de automóveis houver - serviço de limpeza , lavagem e lubrificação de veículos, deverá haver canalização para escoamento das àguas para a galeria de àguas pluvias, através de Caixas de gordura ou de poços munidos de crivo de filtro ou outros dispositivos que retenha as graxas;

e) no caso de alínea anterior, o recinto de lavagem , de veículos ficará afastado do alinhamento do logradouro de, pelo menos, cinco metros)(5.00 m).

SECÇÃO XIV

Depósitos de Inflamáveis e Explosivos.

Artº 262 - Os depositos , para armazenagem de inflamáveis ou de explosivos deverão satisfazer as seguintes condi - ções:

. . .

3 a) serão situados na zona rural, a uma distância mínima de quinhentos metros (500,00 m) do leito de estrada de - ferro e de cem metros (100,00 m) do eixo das rodovias;

b) os depósitos de inflamáveis, com tôdas suas dependências e anexo , inclusive oficinas, galpões para armazenamento de tambores, latas ou outros recipientes, escritórios, casa de - residência de empregados, etc., serão dotado de instalação para combate ao fogo e de extintores portáteis em quantidade e disposição convenientes;

c) tôdas as dependências e anexos dos depósitos de - inflamáveis serão construidos de material incombustível , tolerando-se o emprêgo de outro material apenas nos caibros, ripas e esquadrias;

d) as casas de residências de empregados deverão ficar afastadas de, no mínimo, cem metros (100,00m) dos tanques e dos galões de armazenamento de inflamáveis;

e) para os depósitos de explosivos, a Prefeitura estabelecerá, em cada caso, as condições de segurança, observando-se o que dispõe a a alínea b dêste Artigo e guardada a maior distância possível entre o local de armazenamento dos explosivos e as de - mais dependências do depósito.

§ 1º - A licença para construção e instalação de depó - sito de inflamáveis depende de prévia aprovação, pela Prefeitura, do projeto das respectivas obras.

§ 2º - A Prefeitura poderá estabelecer para cada caso - especial as exigências que enteder necessárias para cercar a construção ou instalação projetada e as propriedades vizinhas das - melhores condições de segurança.

§ 3º - Os depósitos de inflamáveis e explosivos já existentes, e aos que venham a ser construidos, poderá a Prefeitura, em qualquer tempo, ompor exigências que lhes melhorem as condições de segurança.

SECÇÃO XV

Piscina de Natação.

: : :

Artº 263 - As piscinas de natação deverão satisfazer as seguintes condições:

a) construção depende de licença da Prefeitura. O requerimento de licença será instruido com um projeto completo e detalhado da piscina, das dependências anexas, obrigatóriamente ou não;

b) as paredes e o fundo serão impermeabilizados e deverão resistir, quando vazia a piscina, à pressão de água do subsolo, e, quando cheia, à pressão em sentido inverso da água interna, assegurada a não infiltrar em qualquer dos sentidos;

c) o revestimento do fundo será de material branco, azuleijos, ladrilhos, ou cerâmica, de modo a permitir a perfeita visibilidade do próprio fundo ou de algum cor po submerso;

d) as bordas serão elevadas acima do terreno circundante, e uma altura que impeça às àguas transbordadas, seu retôrno ao interior da piscina ;

e) a àgua das piscinas será tratada com cloro livre ou seus composto , ou por outro aprovado pela Secretaria de Saúde e Assistência a filtração em filtros rápidos de areia. Além disso deverão ser postos em prática processo de neutralização de acidez da água pelo carbono de sódio ou cal ou por outro meio aprovado pela Secretaria de Saúde e Assistência;

f) dispensam-se as exigências da alínea e, anterior, quando a água da piscina fôr completamente renovada em um espaço de tempo máximo de 12 horas.

§ 1º - A Prefeitura poderá exigir a realização de análises periódicas da água de alimentação das piscinas.

§ 2º - Excetuam-se da exigência dêste Artigo as piscinas anexas à residencias de uma só família e que se destinem ao uso exclusivo de pessoas da casa e seus convidados, não sendo franqueadas ou facilitadas ao uso público.

SECÇÃO XVI

Cocheira e Estábulos :

Artº 264 - As cocheiras só serão permitidas uma constru-

. . .

ção na zona suburbana.

Parágrafo único - Os estábulos só poderão ser construidos na zona rural.

Artº 265 - Na construção de cocheiras será observado o seguinte:

a) afastamento mínimo de vinte metros (20,00m) do alinhamento do logradouro, para a parte destinada aos animais;

b) distância mínima de dez (10,00m) entre a construção e as divisas do lote;

c) pé- direito mínimo de três metros (3,00 m) ;

d) cobertura de material cerâmico ou congênere, sendo proibida a metálica;

e) completa separação entre os possíveis compartimentos para empregados e a parte destinada aos animais;

f) piso revestido de concreto, no traço 1:4:8, com espessura de quinze centímetros (0,15 m) , ou de paralelepipedos ou lajes de faces regulares, com juntas tomadas com argamassa de cimento ou asfalto;

g) O piso elevado de vinte centímetros (0,20m), pelo - menos , em relação ao solo , e com declividade mínima de um centímetro (0,10m) por metro ;

h) sarjetas, de revestimento impermeável para águas residuais, e sarjetas de contôrno, para as águas das chuvas;

i) muros ou paredes, quando houver, em tôrno das baisa, revestidos de material impermeável, até a altura de dois metros (2,00m);

j) aberturas livres , que corresponda, a um quarto - - (1/4) da superficie das paredes, na parte destinada aos animais;

l) superficie mínima de dois metros e vinte centímetros (2,20 m) por um metro e trinta centímetros (1,30 m), no espaço destinado a cada animal;

m) largura mínima de cinco metros (5,00m) ou oito metros (8,00m), conforme se trata de cocheira com uma ou duas filas de bais;

. . .

n) manjedouras e bebedouros impermeáveis;

o) torneiras, com tomadas d'agua suficientes e ralos para retenção das matérias sólidas, na proporção de um para - cinquenta metros quadrados (50,00 m2) de piso;

p) reservatório com capacidade não inferior a mil - (1000) litros para cada cem metros quadrados (100,00 m2) ou fração:

q) depósito para estrume, à prova de inseto, com capacidade para receber a produção de dois dias;

r) depósito para forragens, isolada da parte destinada aos animais e devidamente vedado aos ratos;

s) o piso dos espaços reservados a veiculos, lavagem - de animais e depósito de forragem revestido de máterial resistente, liso e impermeável;

t) espojadouro com solo revestido por uma camada de - areia de vinte e cinco centimentros (0,25 m) de espessura.

CAPÍTULO XVII

Galpões

Artº 266 - Os galpões só poderão ser construidos em - áreas de fundo , de modo que não sejam visiveis dos logradouros, devendo ficar afastados do alinhamento e ocultos por outras edificações.

§ 1º - Quando não existirem edificações que os ocultem deverão ficarrecuados dez metros (10,00m), pelo menos sendo - obrigatória a construção, bem acabada, de muro, no alinhamento com dois metros e cinquenta centimetros (2,50m) de altura.

§ 2º - As disposições anteriores não se aplicam aos galpões a serem construidos em pontos alastados da zona suburbana onde apenas será será o recuo de dez metros (10,00m) do alinhamento;

Artº 267 - O pé- direito mínimo dos galpões será de - três metros e cinquenta centímetros (3.50m).

CAPÍTULO XVIII

. . .

Vilas

Artº 268 - Os grupos de habitações denominados "vilas" deverão ocupar o interior de terrenos cujas frentes no alinhamento das vias públicas, estejam ocupadas por edifícios já construidos, de acôrdo com as exigências dêste Código.

O requerimento de licença para a construção de vilas - será acompanhado da planta, na escala de 1:500, do respectivo - terreno. Nessa planta deverão figurar o projeto das ruas e preaças e subdivisão do terreno.

Artº 269 - A vila terá no mínimo uma rua e uma praça: A rua terá largura mínima de dez metros (10,00 m) e a praça , dimensões e forma que permitam a inscrição de uma circunferência de doze metros (12,00 m) de raio.

Artº 270 - As casas de vilas apresentarão fachadas para a rua ou praça interna e serão numeradas com algarismo romanos.

Parágrafo único - Nas vilas não se permitirão grupos - de mais de duas casas geminadas.

Artº 271 - A rua e praça interior deverão ser calçadas, iluminadas e drenadas à custa do proprietário.

Parágrafo único - Ao proprietário caberá também o ônus de manter o recinto interior perfeitamente limpo.

CAPÍTULO XIX

Casa Operárias de Tipo Econômico

Artº 272 - A construção de pequenas casas destinadas a lar próprio das classes operárias, localizadas em pontos afastados da zona suburbana, constituidas de um único pavimento, de área não superior a sessenta metros quadrados (60,00 m2), fica - sujeita apenas ao pagamento de um alvará simples de dez cruzeiros (10,00) e isenta de quaisquer emolumentos de taxas.

Parágrafo único - A licença, que não poderá referir-se a mais de uma casa para cada pessoas, será concedida mediante - requerimento acompanhado do projeto organizado de acôrdo com o -

. . .

que estabelece êste Còdigo para os casos comuns.

Artº 273 - Em cada lote de subdivisão de terreno aprovado, só poderá ser construida uma casa, não sendo admitida a existência de mais de uma habitação distinta em uma mesma casa, nem - construção de cômodos ou anexos que possam servir de habitação - independente, dentro do mesmo lote.

Artº 274 - Além das disposições dêste Código que lhes - forem aplicaveis ficam as construções em questão estabelecidas as seguintes condições;especiais:

a) deverá ser observado um afastamento pelo menos de - seis metros (6,00m) entre construção e o alinhamento, só podendo tal afastamento ser reduzido sem ser anulado em caso de acidente insuperável do terreno, a juizo da Prefeitura;

b) a construção assentará em terreno sêco ou artificialmente enxuto, rodeado sempre de área livres;

c) o piso deverá ser impermeabilizado com uma camada - contínua de concreto, no traço 1:4:8. de dez centímetros (0,10m) de espessura;

d) as paredes poderão ser de meia vez de tijolo mas, - nesse caso reforçadas com pilares de uma vez quando houver pano continuo de mais de quatro metros (4,00m), sem amarração de parede divisória;

e) a cobertura deverá ser de material incombustível, não sendo permitido o emprêgo de coberturas metálicas;

f) quando não houver rêde de esgôto, a instalação sanitária deverá ficar em cômodo isolado, distante, pelo ,menos, dez - metros (10,00m) da moradia.

Artº 275 - È permitida a construção de casas de madeira - pré-fabricadas de tipo aprovado pela Prefeitura.

CAPÍTULO XX

Fechamento de Terrenos

Artº 276 - Os terrenos construidos serão fechados, no - alinhamento do logradouro, por meio de gradil , balaustrada ou

. . .

cêrca-viva, sem espinhos, permanentemente tratada e aparada no alinhamento.

Parágrafo único- Pela inobservância do que dispõe o final dêste Artigo, poderá a Prefeitura exigir em qualquer tempo, a substituição da cêrca-viva pelo gradil.

Artº 277 - Os terrenos não construidos, situados em logradouros públicos em que haja meio-fio assentado, serão obrigatóriamente fechados, nas respectivas testada, por meio de muro - ou cêrca-viva:

§ 1º - Os muros de fechamento de terrenos serão convinientemente revestidos e terão altura mínima de um metro e oi - tenta centímetros (1,80m).

§ 2º - Nas cêrcas-vivas não serão utilizadas plantas - de espinhos e serão elas mantidas convenientemente tratadas e aparadas no alinhamento. A falta de conservação implica a obrigaçã do proprietário de substituir a cêrca-viva por muro.

Artº 278 - Para construção de muros, de arrimo, poderá a Prefeitura antes de conceder a licença, exigir a apresentação de cálculos de residência e estabilidade.

CAPÍTULO XXI

Passeios

Artº 279 - È obrigatória a construção de passeio em tôda a testada dos terrenos localizados em logradourosp públicos providos de meios-fios.

§ 1º - A Prefeitura mediante requerimento do proprietário e pagamento antecipado do custo orçado das obras, poderá encarregar-se da construção do pesseio.

§ 2º - O fornecimento e assentamento de meios-fios serão feitos pela Prefeitura, ficando as respectivas despesas a cargo dos proprietários.

Artº 280 - Os meios-fios serão de pedra resistente ou de concreto e satisfarão às seguintes condições:

a) terão comprimento mínimo de cinquenta centímetros (

. . .

(0,50m) , altura mínima de quarenta centímetros (0,40m) e espessura , na face superior, de quinze centímetros (0,15m);

b) terão a face externa, até a altura de vinte centímetros (0,20m) superior e a dos topos lavradas a picão e regularmente aplainadas;

c) terão a face externa aprumada e paralela ao alinhamento do logradouropúblico, acompanhado o " grade " aprovado para êste;

d) terão as juntas, nos topos, tomadas com argamassa de cimento e areia, traço 1:3;

e) nos cruzamentos das vias públicas, os dois alinhamentos serão concordados por um arco de círculo de sete metros - (7,00 m) de raio.

Artº 281 - O gabarito dos passeios depende da largura do logradouro e da situação dêste.

Parágrafo único - A largura da pista de rolamento, de que decorre a largura dos passeios, será a fixada pelo plano diretor da cidade e pelos das vilas. Nos demias casos será fixada pela Prefeitura.

Artº 282 - Nos passeios pavimentados em tôda a sua largura a arborização ficará no passeio, em abertura próprias, deixadas na pavimentação ao longo dos meios-fios.

Artº 283 - As rampas destinadas à entrada de veiculos - não poderão interessar mais de cinquenta centímetros (0,50m), no sentido da largura dos passeios, e terão a menor extensão - possível.

§ 1º - A construção de rampas nos passeios só será permitida quando dela não resultar prejuizo para a arborização pública.

§ 2º - Se para construção de uma rampa fôr indispensável a transplantação de uma àrvore poderá ela ser feita, a juizo da Prefeitura, para local a pequena distância, correndo as despesas correspondentes por conta do interessado.

Artº 284 - Os passeios deverão satisfazer ainda as seguin

. . .

tes condições:

a) O atêrro necessário, para estabelecer o " grade" a ser obedecido, será fortemente comprimido até apresentar resistencia conviniente.

b) logitudinalmente serão paralelos ao " grade" do logradouro, projetado ou aprovado pela Prefeitura;

c) transversalmente terão uma inclinação do alinhamento para o meios-fios, de um a três por cento (1 a 3%), conforme a declividade do logradouro.

Artº 285 - A pavimentação dos passeios será dos seguintes tipos:

a) chapa de argamassa de cimento e areia;

b) ladrilhos;

c) mosaico, tipo português;

§ 1º - A Prefeitura adotará para cada logradouro ou trecho de logradouro o tipo de pavimentação do passeio.

§ 2º - A pavimentação se fará sôbre uma base constituida por uma camada de concreto, traço 1:4:8, com espessura mínima de cinco centímetros (0,05m).

§ 3º - A pavimentação com chapa de argamassa de cimento será constituida pelo revestimento da base com argamassa de cimento e areia, traço 1:3, com espessura mínima de um centímetro (0,01 m) , cumprimindo-se todo o revestimento com rôlo apropriado e de forma que a superficie do passeio, além de regularmente - plana, fique áspera e sulcada.

§ 4º - Na pavimentação com ladrilhos, êste serão de cimento ou de grés comprimido, não sendo permitido o emprêgo de ladrilhos de barro, de louças ou de mármore. A superficie dos ladrilhos deve ser áspera e provida de pequenos sulcos, para não / ser escorregadia. Os ladrilhos serão assentados sôbre a base de concreto com argamassa de cimento e areia traço :3.

§ 5º - Na pavimentação a mosaico, tipo portugûes, as pedras serão de qualidade e dimensões convenientes e seu assentamento, obedecendo à desenhos adotados,far-se-á com areia, à medida/

. . . . .

de sua execução, o mosaico será coberto por uma camada espêssa de areia, que será irrigada constantemente durante cinco (5) dias, no mínimo.

§6º - Na pavimentação dos passeios serão deixados, ao longo do meio-fio, e distânciadas conforme determinar a Prefeitura, aberturas circulares para a arborização do logradouro. As aberturas terão cinquenta centímetros (0,50 m) de diâmetro e terão acabamento conveniente.

Artº 286 - A conservação do passeio, tanto da parte pavimentada como gramado, na testada de cada imóvel, cabe ao respectivo proprietário.

Parágrafo único - Sem exonerar-se de sua responsábilidade perante a Prefeitura , o proprietário poderá transferir ao ocupante do prédio a obrigação de conservar o gramado dos passeios ajardinados:

CAPÍTULO XXII

Tapumes e Andaimes

Artº 287 - Nenhuma obra, ou demolição de obra, poderá ser feita no alinhamento das vias públicas, sem que haja, em tôda a frente de ataque , um tapume provisório, feito de material resistente e bem ajustado, com alturamínima de um metro e oitenta centímetros (1,80 m) ocupando no máximo metade da largura do passeio.

Parágrafo único - A colocação dêsses tapumes, bem como a de andimes, depende do respectivo alvará de construção ou da respectiva licença de demolição.

Artº 288 - Os andaimes deverão ficar dentro do tapume / e satisfazer às seguintes condições:

a) os postes, travessas, escadas e demais peças da armação deverão oferecer condições de resistência e estabilidade tais que garatam os operários e os transeuntes contra acidentes;

b) as tábuas das pontes terão dois e meio centímetros (0,25mm)de espessura, no mínimo;

. . .

c) as pontes serão protegidas, nas secções livres por duas travessas horizontais fixadas, a meio (1/2) metro e a um metro acima do respectivo piso;

d) a ponte de serviço deverá dispôr de uma cortina externa que peça a queda de material.

Artº 289 - As escadas colocadas nos adaimest terão a necessidade solidez e, além de apoiadas e escoradas, deverão ser mantidas com a suficiente inclinação.

Parágrafo único - Não é permitido a colocação de escadas fora do tapume.

Artº 290 - Os andaimes armados com cavaletes ou escadas serão permitidos, quando usados para pequenos serviços, até a altura de cinco metros (5,00 m) e forem providos de travessa que os limitem, para impedir o trânsito público com as peças que os constituam.

Artº 291 - Os andaimes suspensos não deverão ter largura superior a dois metros (2,00m) e serão guarnecidos, em tôdas faces externas, inclusive a inferior com fechamento perfeito para impedir a queda de material.

Artº 292 - O emprêgo de andaimes suspensos por cabos será permitido nas seguintes condições:

a) não descer o passadiço à altura inferior a dois metros e meio (2,50m) acima do passeio.

b) ter o passadiço largura de um metro (1,00m), no mínimo, e dois metros (2,00m) no máximo;

c) ter o passadiço uma resistência correspondente a setecentos quilogramas (700kg) por metro quadrado;

d) ser o passadiço dotado de proteção com tôda as faces livres, pafa segurança dos operários;

Artº 293 - Os andaimes não podem danificar árvores, ocultar aparelhos da iluminaçao ou de outro serviços públicos, placas de nomenclatura das ruas, etc...

§ 1º - Quando fôr necessária a retirada de qualquer aparelho referido nêste Artigo, o interessado deverá pedir , nesse sentido, providência à Prefeitura.

§ 2º - Na hipótese prevista no parágrafo 1º nêste Artigo as placas de nomenclatura das ruas e as de numeração serão

. . .

fixadas nos andaimes, em lugar visível enquanto durar a construção.

Artº 294 - A remoção de andaimes, tapumes e outros aparelhos de construção deverá ser iniciada:

a) no máximo, vinte e quatro (24) horas após a terminação das obras devendo a retirada ficar concluida dentro de cinco (5) dias;

b) no prazo máximo de cento e vinte (120) dias, observadas as exigências acima, no caso de paralização das obras.

Artº 295 - Retirados os andaimes tapumes, serão feitos, pelo construtor, os reparos dos estragos causados na via pública.

CAPÍTULO XXIII

Concreto Armado

Artº 296 - As obras de concreto armado obedecerão à Norma Brasileira N B - I, para o Cálculo e Execução de Obras de Concreto Armado, oficializada pelo Decreto- lei federal nº 2773, de 11 de novembro de 1.940.

CAPÍTULO XXIV

Material de Construção Cargas de Segurança- Cargas em Edifícios

Secção I

Materiais de Construção

Artº 297 - A qualidade dos materiais deverá estar de conformidade com seus destinos na construção, não apresentando êles defeitos que possam diminuir -lhes a resistência ou a duração.

Parágrafo único - A Prefeitura reserva-se o direito de impedir o emprêgo de qualquer material que não satisfaça às condições dêste Artigo e, consequentemente, o de exigir o seu exame a expensas do construtor ou do proprietário.

. . .

Secção II

Cargas de Segurança

Artº 298 - Para determinação da carga de segurança em função de carga de ruptura, determinada experimentalmente, serão adotadas, na hipótese de ações estáticas, os seguintes coeficientes de segurança:

a) quatro (4) para as peças de ferro ou aço laminado submetidas a tração, compressão, flexão e cisalhamento;

b) dez (10) para as peças de ferro fundido sujeitos a - tração e a esforços transversais;

c) seis (6) a oito (8) para as peças de ferro fundido - solicitadas a compressão em chapas ou colunas de pequenas altura;

d) oito (8) a dez (10) para as peças de ferro fundido , em colunas de grande altura;

e) Quatro (4) para as peças curtas de madeira, solicitadas a compressão:

f) seis (6) pafa as peças de madeira submetidas a tração ou a esforço transversais e para as peças longas, trabalhando a compressão;

g) dez (10) para as pedras naturais ou artificiais e para alvenaria ou concreto simples.

Parágrafo único - Na hipótese de ações dinâmicas, os valores do coeficiente de segurança serão fixados pela Prefeitura.

Artº 299 - As fadigas limites admissíveis, em quilogramas por centímetros quadr ado, das alvenarias trabalhando a compressão , serão as seguintes:

a) quatro (4), para alvenaria comum de tijolo cheio, - furado ou perfurado.

b) dez (10) para alvenaria de tijolo,prensado, com argamassa de cimento;

c) cinco (5) para alvenária comum de pedra com argamassa de cal;

d) dez (10) para alvenaria de pedra com argamassa de ci-

. . .

e) trinta e cinco (35) para cantaria de granito ou - gnaisse;

f) vinte e cinco (25) para concreto simples;

Parágrafo único - As fadigas admissíveis, constantes dêste Artigo, poderão ser alteradas, desde que sejam obtidas em função da resistência exprimentada e mediante valores do coeficiente de segurança fixados pela Prefeitura.

SECÇÃO III

Cargas em Edificios

I - Cargas Permanentes

Artº 300 - As cargas permanentes serão constituidas pelos pesos próprios de todos os elementos efetivos da construção - e serão determinadas pelo cálculo de seus volumes e respectivos - pesos específicos.

Parágrafo único - Em caso de dúvida quando aos pesos - específicos, a Prefeitura poderá exigir comprovação experimental dos mesmos.

2 - Sobrecargas

Artº 301 - As sobrecargas úteis a serem adotadas no - cálculo dos edifícios serão as seguintes:

a) telhados e forros não constituindo depósitos - cem quilogramas (100kg) por metro quadrado:

b) sótãos que não se destinem a depósitos- cento e - vinte quilogramas (120kg) por metro quadrado;

c) pisos de edifícios residenciais- duzentos quilogramas (200 kg) por metro quadrado;

d) prédios destinados a estabelecimentos comerciais, - de menos de cinquenta metros quadrados (50 m2) de piso, e escritório em geral duzentos quilogramas (200 kg) por metro quadrado:

. . .

e) terraços que não tenham nenhuma finalidade para a qual prescreva êste Código sobrecarga superior - duzentos quilogramas (200kg) por metro quadrado;

f) salas de aulas e conferências - trezentos e cinquenta quilogramas (350 kg) por metro quadrado;

g) auditório providos de assentos fixos - trezentos e - cinquenta quilogramas (350 kg) por metro quadrado;

h) escadas e patamares de madeira em casa residenciais- trezentos e cinquenta quilogramas (350 kg) por metro quadrado;

i) corredores em prédios residenciais ou que não estejam contidos no item q- trezentos e cinquenta quilogramas (350kg) por metro quadrado;

j) prédios para estebelecimento comerciais com mais de cinquenta metros quadrados (50,00m2) de piso- quinhentos quilogramas (500kg) por metro quadrado;

l) teatros e cinemas - quinhentos quilogramas(500kg) - por metro quadrado;

m) salas de reuniões, bailes, ginástica ou esporte - - quinhentos quilogramas (500kg) por metro quadrado;

n) matadouros e açougues- quinhentos quilogramas(500kg) por metro quadrado;

o) livrarias, bibliotecas e arquivos- desde que a sobrecarga, calculada de acôrdo com o Artigo 303, não imponha sobrecarga superior a quinhentos quilogramas (500kg) por metro quadrado;

p) escadas, patamares e jiraus, salvo o previsto no item h- quinhentos quilogramas (500kg) por metro quadrado;

q) corredores conduzindo às dependências mencionadas nos itens f, g, j, m, n, e, r - quinhentos quilogramas (500kg) por - metro quadrado;

r) pequenas oficinas e fábricas com menos de duzentos - metros quadrados (200,00 m2) de piso e que não contenham máquinas de peso superior a quinhentos quilogramas (500kg) - quinhentos - quilogramas (500kg) por metro quadrado;

s) garagens e depósitos de automóveis - oitocentos quilogramas (800 kg) por metro quadrado;

. . .

t) arquibancadas e estádios - quinhentos quilogramas (500 kg) por metro quadrado.

Artº 302 - Os guarda- corpos de *escadas, varanda e* - balcões, em prédios residenciais, serão calculados para uma carga horizontal de dentro para fora e aplicada no corrimão, de quarenta quilogramas (40kg) por metro linear.

Parágrafo único - Nos demais casos, êsses elementos deverão ser calculados para suportar a carga de cem quilogramas - (100 kg) por metro corrido.

Artº 303 - As oficinas, fábricas, estabelecimentos comerciais , etc., sujeitos a sobrecargas fortes serão calculados - de acôrdo com o caso particular.

Parágrafo único - No caso de existirem máquinas capazes de produzir trepidação, a sobrecarga deverá ser majorada de - 50 a 100%, a juízo da Prefeitura.

Artº 304 - Não será permitida a utilização de edifício no todo ou em parte, para fins que exijam sobrecargas superior - àquelas para que tiver sido projetado, salvo prévia licença da - Prefeitura.

Artº 305 - Não se procedendo a uma determinação mais - precisa, as paredes divisórias apoiadas sôbre as lajes, e desde - que não suportem cargas dos pavimentos superiores, poderão ser - assimiladas a uma sobrecarga uniformemente distribuida, proporcional à altura e à espessura. Por metro de altura de cada parede de dez centímetros (0,10m) de espessura, corresponderá uma sobrecarga de cinquenta quilogramas (50 kg) por metro quadrado.

Para as paredes de quinze centímetros (015 m) de espessura a sobrecarga será de setenta e cinco quilogramas (75kg) por - metro quadrado .

Artº 306 - No cálculo das colunas, muros de sustentação e fundações dos prédios de vários pavimentos, poderá ser admitida uma redução no valor de sobrecarga útil de acôrdo com a norma seguinte: a sobrecarga útil nos três (3) pavimentos superiores será computada integralmente; dai para baixo, as sobrecargas úteis dos três (3) pavimentos que se seguirem sofrerão reduções de 20,40- e 60% respectivamente.

. . .

§ 1º - Não se permitirá redução nos depósitos, arquivos estabelecimentos comerciais oficinas e fábr.

§ 2º - Serão também computadas integralmente as sobrecargas úteis relativas a salas de aulas, conferências, bailes, ginástica, cinema, teatros, etc..

Artº 307 - Nos casos não previstos neste Código as sobrecargas deverão ser determinadas de modo exato.

Artº 308 - A ação do vento será suposta dirigida horizontalmente.

Artº 309 - A fôrça do vento sôbre uma área A-, inclinada de um ângulo a sôbre a horizontal, deve ser considerada nos cálculos com o valor obtido pela expressão:

$$Fv = p \times a \operatorname{sen}^2 a$$

onde p é a pressão do vento na superfície vertical.

Parágrafo único - Os valores de p a serem empregados serão os seguintes:

a) partes de paredes até quinze metros (15,00m) de altura cem quilogramas (100 kg) por metro quadrado;

b) partes de paredes entre quinze metros (15,00m) e vinte e cinco metros (25,00m) de altura, e telhados situados a menos de vinte e cinco metros (25,00m) de altura-cento e vinte e cinco quilogramas(125 kg) por metro quadrado;

c) partes de paredes e telhados situados acima de vinte e cinco metros (25,00m) de altura-cento e cinquenta quilogramas (150,00kg) por metro quadrado;

d) nos tapumes, andaimes, mastros e postes-cento e cinquenta quilogramas (150 kg) por metro quadrado;

e) nas chaminés a pressão será determinada pela fórmula:

$$p = 120 + 0{,}6H$$

onde H é a altura expressa em metros.

. . .

Artº 310 - Nos edifícios cuja dimensão em planta não fôr inferior a um quarto (1/4) para, poderá ser - desprezada a ação do vento.

Artº 311 - As grandes coberturais como as de mercados, estações de estrada de ferro, gar, hangares, fábricas, galpões, etc., quando abertas, deverão verificadas para uma pressão, atuando nas paredes e telha de dentro para fora e normalmente à superfície de aplicaçe quarenta quilogramas (40 kg) por metro quadrado.

Artº 312 - Sempre que a Prefeit julgar conveniente, poderá exigir provas de carga, antes de u ação dos edifícios.

§ 1º - Essas provas são, entretato indispensáveis - nos pisos e terraços das casa de diversõe salas de reuniões ou de máquinas, enfim, nos casos em que se necessário preservar a segurança coletiva.

§ 2º - O prazo mínimo para se executarem as provas de cargas será de trinta (30) dias, quando tratar de obras de - concreto armado.

§ 3º - As sobrecargas empregadas para as experiências e provas de carga deverão exceder de vinte por cento(20%) às sobrecargas usadas no calculo das peças.

§ 4º - As flechas máximas dos pisos e vigas não deverão exceder a um miléssimo (0,001)de vão.

§ 5º - No caso de flechas inadmissíveis, a Prefeitura exigirá providências que assegurem a resistência da peça,podendo mesmo mandar demoli-la.

CAPÍTULO XXV

Penalidades

Secção I

Penas

Artº 313 - As infrações dos dispositivos dêste Código

. . .

serão punidas com as seguintes pe

a) embargo da obra;

b) multa;

c) demolição;

d) interdição do prédio ou dependê

Parágrafo único - A aplicação de u das penas previstas neste Artigo não prejudica a d outra, cabível.

Artº 314 - O procedimento legal, pra verificação das infrações e aplicação das penas, é o regulado pelo Título I, da Lei Municipal nº .777., de..... de ..... 1968 (Código de - Posturas Municipais).

Artº 315 - Sem prejuizo da aplicação das penas previstas no Artigo 313, a Prefeitura representará ao Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura em caso de manifestar demonstração de incapacidade técnica ou inidoneidade moral do profissional infrator.

Secção II

Embargos

Artº 316 - O embargo de obras ou instalações é aplicáveis nos seguintes casos;

a) execução de obras ou funcionamento de instalações sem o alvará de licença, nos casos em que êste é necessário;

b) inobservância de qualquer prescrição essencial do alvará de licença ;

c) desobediência ao projeto aprovado;

d) inobservância da nota de alinhamento e nivelamento, ou se a construção se iniciar sem ela;

e) início de obras sem a responsabilidade de profissional legalmente habilitado, quando indispensável;

f) quando a construção ou instala ão estiver sendo -- executada de maneira a poder resultar perigo para a segurança - da construção ou instalação;

g) ameaça à segurança públic ou do próprio pessoal -

. . . .

empregado nos diversos serviços;

h) ameaça à segurança e estabilidade das obras em execução;

i) inobservância das prescrições constante dêste Código no tocante à mudança de construtor responsável pela obra.

Artº 317 - O levantamento o embargo só será concedido mediante petição devidamente instruída pela parte ou informada pelo funcionário competente, acêrca do cumprimento de tôdas as exigências que se relacionarem com a obra ou instalação embargada, e, bem assim, satisfeito o pagamento de todos os emolumentos e muitas em que haja o responsável incidido.

Artº 318 - Se ao embargo dever seguir-se a demolição, total ou parcial da obra ou se, em se tratando de risco, parecer possível evitá-lo, far-se-á a prévia vistoria da mesma, pela forma estabelecida no Artº 323.

SECÇÃO III

Multas

Artº 319 - Pelas infrações dos dispositivos dêste Código, serão aplicadas ao projetista, ao proprietário ou ao profissional responsável pelas obras, conforme o caso, as multas abaixo discriminadas e proporcionais ao salário mínimo vigente no - municipio onde verificarem as infrações.

a) falseamento de medidas, cotas e demais indicações do projeto:

ao profissional infrator ..... 1/10 S.M.

b) viciamento do projeto, introduzindo-lhe alterações / de qualquer especie:

ao proprietário ..... 1/2 S.M.

c) início ou execução de obras sem licença:

ao proprietário..... 1/2 S.M.

ao construtor ..... 1/2 S.M.

. . .

d) início das obras sem os alinhamentos oficiais de alinhamento e de nivelamento:

ao proprietário:.....1/10 S.M.

ao construtor.....1/10 S.M.

e) execução de obra, em desacôrdo com o projeto aprovado, com alterações dos elementos métricos essênciais:

ao construtor .....1/2 S.M.

f) falta do projeto aprovado documentos exigidos, no local da obra:

ao construtor ..... 1/10S.M.

g) inovservância das prescrições sôbre andaimes e tapumes:

ao construtor..... 1/10 S.M

h) paralização de obra sem comunicação à Prefeitura:

ao construtor.....1/10 S.M.

i) ocupação do prédio sem requérer o " habite-se" ou / si o requerendo não tenha decorrido o prazo para despacho, ou se êste foi contrário ou com exigência:

ao proprietário.....3/10S.M.

j) desobediência ao embargo:

ao proprietário ..... 1 S.M.

ao construtor ..... 1 S.M.

Parágrafo único - As infrações de disposições dêste / Código para que haja comunicação especial, serão punidas com / multa de 1/20 S.M. a 1/10 S.M. , conforme a gravidade da infração.

Artº 320 - Na reincidência a multa será aplicada em / dôbro:

Parágrafo único- Consilera-se reincidência, para duplicação da multa, outra infração da mesma natureza, pela mesma pessoa embora em obra diversa.

- Secção IV -

Demolição

. . .

Artº 321 - Será imposta a demolição, total ou parcial nos seguintes casos:

a) construção clandestina, entendo-se por tal a que fôr feita sem prévia aprovação do projeto sem alvará de licença;

b) construção feita sem observância do alinhamento ou nivelamento fornecido pela Prefeitura, sem as respectivas notas ou com desrespeito ao projeto, noseus elementos essenciais;

c) obra julgada em risco, quando o proprietário não tomar as providências que a Prefeitura suscitar para sua segurança;

d) construção que ameace ruína, que o proprietário não queira desmanchar ou não possa reparar, por falta de recursos ou por disposição regulamentar.

§ 1º - Nos casos das letras a e b, dêste Artigo, a demolição não será imposta se o proprietário, submetendo à Prefeitura a planta de construção, mostar que:

I - a mesma preenche os requisitos regulamentares;

II - embora não os preenchendo, pode sofrer modificações que os satisfaçam e que se dispõe a fazê-las.

§ 2º - Tratando-se de obra julgda em risco, aplicar-se-á ao caso o Artigo 305, § 3º, do Código do Processo Civil.

Artigo 322 - Nos casos das letras A e B do Artigo anterior, uma vez verificada e aceita a planta da construção ou projeto das modificações, o alvará só será expedido mediante o pagamento prévio dos emolumentos e da multa devida.

Artº 323 - A demolição será precedida de vistoria, por uma comissão designada pelo Prefeito.

§ 1º - A comissão será integrada pelo Diretor da Obra e dois fiscais da Prefeitura.

§ 2º - A comissão procederá do seguinte modo:

a) designará dia e hora a vistoria, fazendo intimar o proprietário para assistir à mesma; não sendo êle encontrado, far-se-á intimação por edital, com o prazo de dez (10) dias;

. . .

b) não comparecendo o proprietário, ou seu representante, a comissão fará rápido exame da construção e, se verificar que a vistoria pode ser adiada, mandará fazer nova intimação ao proprietário;

c) não podendo haver adiamento, ou se o proprietário não atender à segunda intimação, a comissão fará os exames que julgar necessários concluindo os seus dados o seu laudo dentro de 3(três) dias; devendo constar dêsse o que for verificado, o que o proprietario deve fazer, evitar a demolição e o prazo que para isso fôr julgado conveniente: salvo caso de urgência, esse parazo não poderá ser inferior a três (3) dias, nem superior a noventa (90);

d) do laudo se dará cópia ao proprietário, e aos moradores do prédio, se fôr alugado acompanhado, daquele , da intimação para o cumprimento das decisões nêle contido;

e) a cópia do laudo e a intimação do proprietário serão entregues mediante recibos,e se for encontrado ou recusar recebê-los, serão publicados em resumo, por três (3) vêzes pela imprensa local, e aficadas no lugar de costume;

f) no caso de ruína eminente, a vistoria será feita logo, dispensando-se a presença do proprietário, se não puder ser encontrado de ponto, levando-se ao conhecimento do Prefeito as conclusões do laudo, para que ordene a ação demolitória.

§ 3º - A comissão poderá pedir ao Prefeito se a julgar necessária a assistência de um Engenheiro cívil.

Artº 324 - Cientificado o proprietário do resultado da vistoria e efeita da intimação segur-se-á o processo administrativo passando-se à ação demolitória, se não forem cumpridas as decisões do laudo.

Artº 325 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Prefeitura Municipal de Ubá, 30 de outubro de 1969

Narciso Paulo Michelli
- Prefeito Municipal -